

Granja Faria S.A

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	24
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados	25
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidados	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto	28
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30

Relatório da administração

A Granja Faria S.A. (Companhia), que hoje é considerada uma das maiores e mais renomadas empresas produtoras de ovos do Brasil, com unidades produtivas em diversos estados brasileiros, submete à apreciação de seus acionistas e usuários o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas que foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Destaques operacionais

(Em milhares de Reais)



Plano de expansão

Tamago

Em continuidade ao processo de expansão em abril de 2025 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações da Tamago, empresa atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção em Pernambuco que contribuiu em 2025 com mais de R\$ 46 milhões de receita para o Grupo Granja Faria.



Receita líquida

R\$ 2.536.575

R\$ 2.059.397 em 2024. Aumento em 2025 de R\$ 477.178 se comparado com o exercício de 2024.



Lucro bruto operacional antes do AVJ

R\$ 830.629 33% sobre a receita líquida

R\$ 599.727 em 2024. Aumento de R\$ 230.902 no exercício de 2025 se comparado com o exercício de 2024.

Visão Geral

Somos uma produtora de ovos do Brasil, contando com um portfólio completo de produtos de diversas marcas que abrangem todo o território nacional. Com 20 anos de história, atuamos na produção de ovos comerciais, férteis, pintinhos de 1 dia, produtos processados, bem como na prestação de serviços de incubação, com foco em biossegurança e incentivando uma visão de dono entre nossos colaboradores.

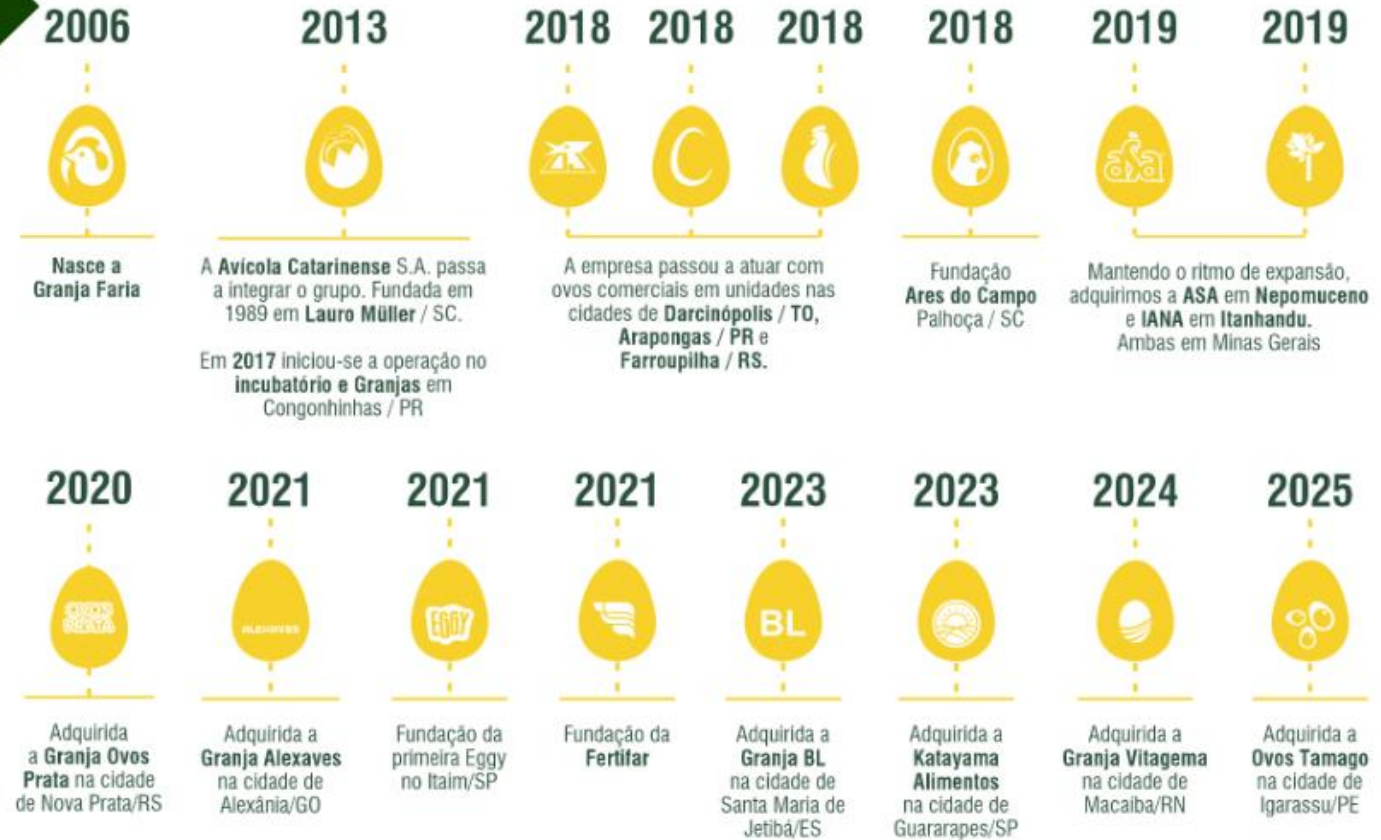
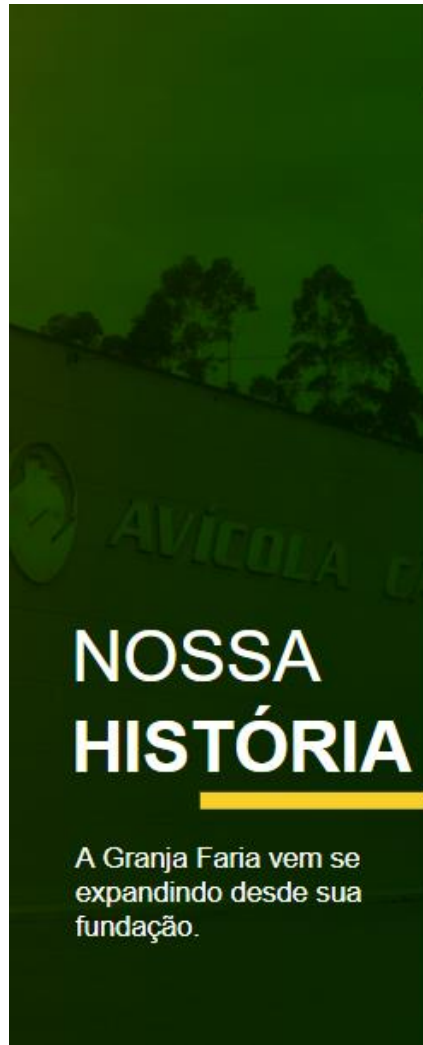
Através das nossas 12 marcas comercializadas em 2025, Granja Faria, Ares do Campo, ASA, Iana, Marutani, Avimor, Stragliotto, Alexaves, Ovos BL, Katayama, Vitagem e Tamago, garantimos uma cobertura nacional no oferecimento de nossos produtos, estando presentes em estados das regiões de Sul a Norte do Brasil. Ao longo de 2024 e 2025 a Companhia iniciou o plano de substituir algumas de suas marcas comercializadas, migrando marcas como Alexaves, Ovos BL, Vitagem e Tamago para marcas já existentes da Companhia.

Atuamos em duas principais linhas de negócio: (i) ovos comerciais e (ii) ovos férteis, cujas principais características estão descritas abaixo.

Ovos comerciais: Nossa comercialização de ovos comerciais no Brasil foi superior a 10 milhões de caixas de ovos por ano e 17,4 milhões de aves poedeiras alojadas no final de 2025. Nossa operação tem alcance nacional, com 13 unidades de produção distribuídas em 10 estados. Em 2025, a receita desse segmento foi de R\$ 2.073.344 (R\$ 1.755.059 em 2024).

Ovos férteis: Nossa produção estimada de ovos férteis com cerca de 12 milhões de ovos por mês, totalizando cerca de 160 milhões de ovos férteis produzidos por ano, por meio de nossos mais de 1,6 milhões de galinhas poedeiras alojadas no final de 2025. Em 2025, a receita desse segmento foi de R\$ 463.231 (R\$ 304.339 em 2024).

Histórico da Companhia

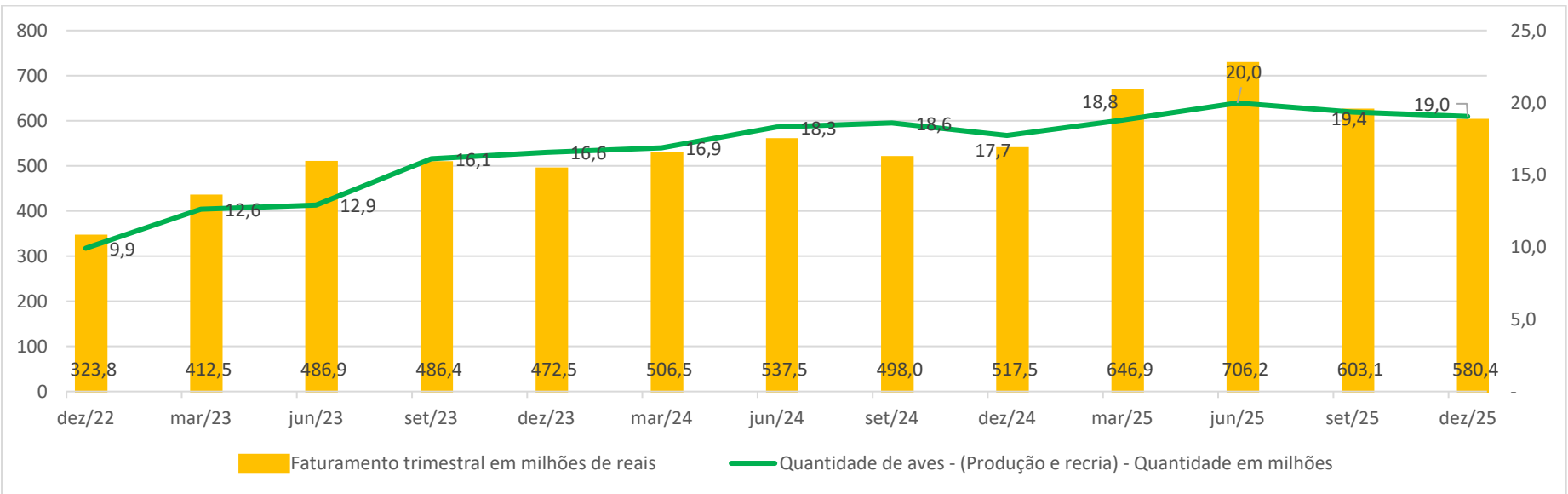


A Companhia possui um histórico consistente de crescimento orgânico e inorgânico no segmento de produção de ovos em todo o Brasil, com grande consistência ao longo de sua jornada, e se destaca pela competência e qualidade da oferta de serviços prestados aos clientes, com valores inerentes à biossegurança, fatores que foram e são críticos para se tornar uma das líderes de mercado.

Em continuidade ao processo de expansão, em 11 de março de 2024, a Companhia adquiriu o controle de 90% das operações da Vitagem, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção no Rio Grande do Norte, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste. Ademais, à época da aquisição, a granja possuía cerca de 400 mil aves em produção, e com a ampliação já em andamento, a nova unidade fechou o ano de 2024 com mais de 813 mil aves.

Em 04 de abril de 2025 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações da Tamago, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção em Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste.

Além disso, ao longo dos anos, a Companhia e suas controladas realizou diversos investimentos em suas unidades e na aquisição de novas aves para seu plantel, o qual passou de 9 milhões de aves em 2022 para 19 milhões em 31 de dezembro de 2025, incrementando de forma substancial sua capacidade de produção.



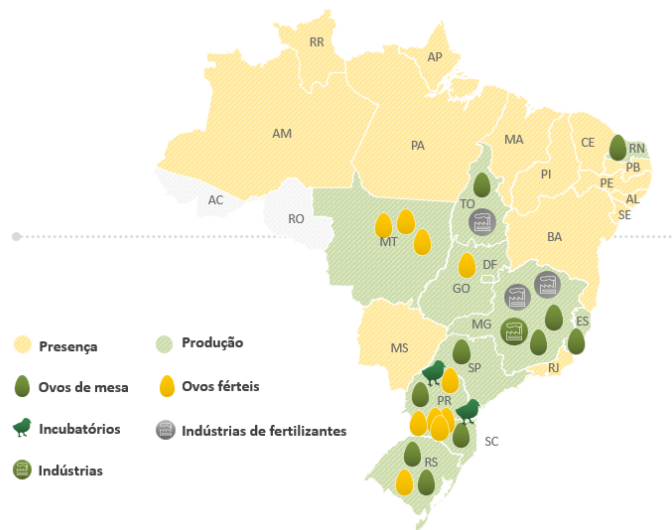
Esse investimento está em linha com a estratégia da companhia de crescimento acelerado por meio de aquisições de empresas renomadas dentro do mercado de distribuição.

Destaque do exercício de 2025 e do exercício de 2024

Aquisição da Vitagema

Em continuidade ao seu processo de expansão, a Companhia adquiriu a Vitagema, empresa atuante no mercado de comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção no Rio Grande do Norte e mais de 400 mil aves no momento da aquisição. Durante o exercício de 2024, a Vitagema contribuiu com mais de R\$43 milhões de receita líquida para o Grupo Granja Faria.

Com a aquisição da Vitagema, a Companhia fortaleceu sua presença no Nordeste, até então, não possuía unidades produtivas, dando continuidade ao seu processo de consolidação em todo o território nacional ao mesmo tempo que se beneficia das vantagens competitivas e reputação de suas marcas junto aos mercados locais:



Tal aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia de realizar investimentos nas unidades de produção, na aquisição de novas subsidiárias e na aquisição de mais aves para seu plantel, o qual foi aumentado de 17,7 em 31 de dezembro de 2024 para mais de 19 milhões em 31 de dezembro de 2025, incrementando de forma substancial sua capacidade de produção.

Aquisição Tamago

Em 04 de abril de 2025 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações da Tamago, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção em Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste.

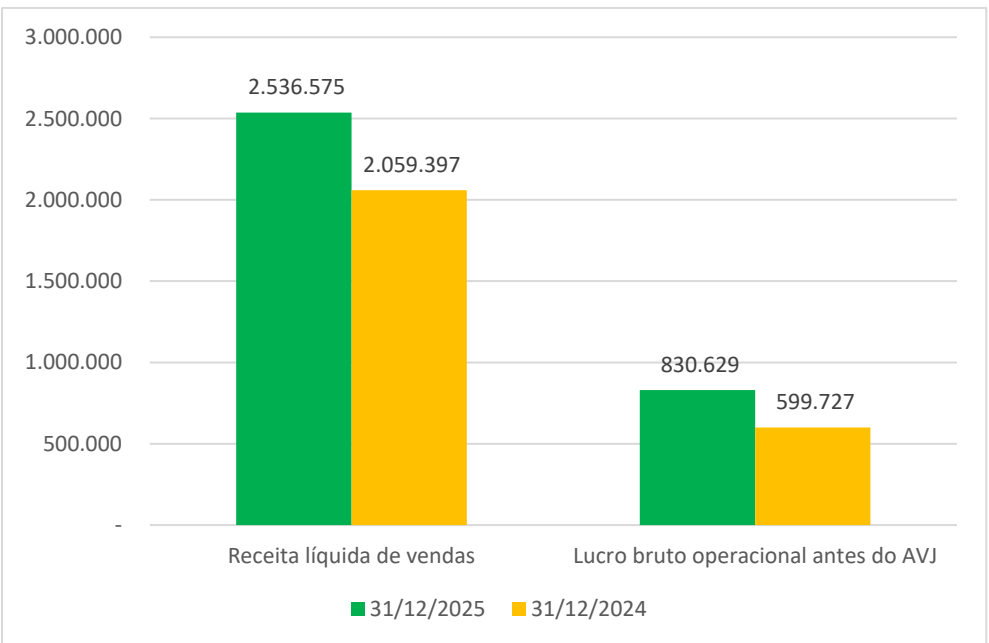
A Tamago é uma empresa com mais de 30 anos de atuação no Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região nordeste, com produção de ovos de galinha. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Tamago atingiu uma receita líquida de aproximadamente R\$61 milhões, com Margem Bruta de 32,4% e mais de 100 milhões de ovos produzidos, em 2025 a Tamago contribuiu com mais de R\$46 milhões de receita líquida. Ademais, a granja atualmente possui cerca de 900 mil aves e capacidade superior a 1.800 mil aves.

Destaques financeiros

(Em milhares de Reais)

O exercício de 2025 registrou crescimento significativo na receita, impulsionado pelo aumento nos preços de venda, ampliação da capacidade produtiva e sinergias resultantes das aquisições em março de 2024, no Rio Grande do Norte, da Vitagem, participando por 10 (dez) meses nos resultados da Companhia em 2024 e em abril de 2025 da Tamago, em Pernambuco.

O lucro bruto operacional sem considerar os efeitos da variação do valor justo dos ativos biológicos, em 2025, aumentou R\$ 230.902 em relação ao exercício de 2024, impactado principalmente ao aumento do preço no setor:



O Lucro bruto operacional no exercício de 2025, que considera ainda o efeito da variação do valor justo dos ativos biológicos, foi de R\$806.315 em comparação a R\$621.811 ao exercício de 2024.

R\$ Mil	31/12/2025		31/12/2024		Δ %
	R\$	% ROL	R\$	% ROL	2025 vs 2024
Receita líquida de vendas	2.536.575	100%	2.059.397	100%	23%
Custos dos produtos vendidos	(1.705.946)	-67%	(1.459.670)	-71%	17%
Lucro bruto operacional antes do AVJ	830.629	33%	599.727	29%	39%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(24.314)	-1%	22.084	1%	-210%
Lucro bruto operacional	806.315	32%	621.811	30%	30%

No exercício de 2025, tivemos um crescimento da Receita líquida em relação ao exercício de 2024 (R\$2.536.575 no exercício de 2025 e R\$2.059.397 no exercício de 2024, crescimento de R\$ 477.178), solidificando a tendência de crescimento das receitas anualmente, o que já havia sido observado em 2024 e em exercícios anteriores.

Demonstração dos resultados consolidados

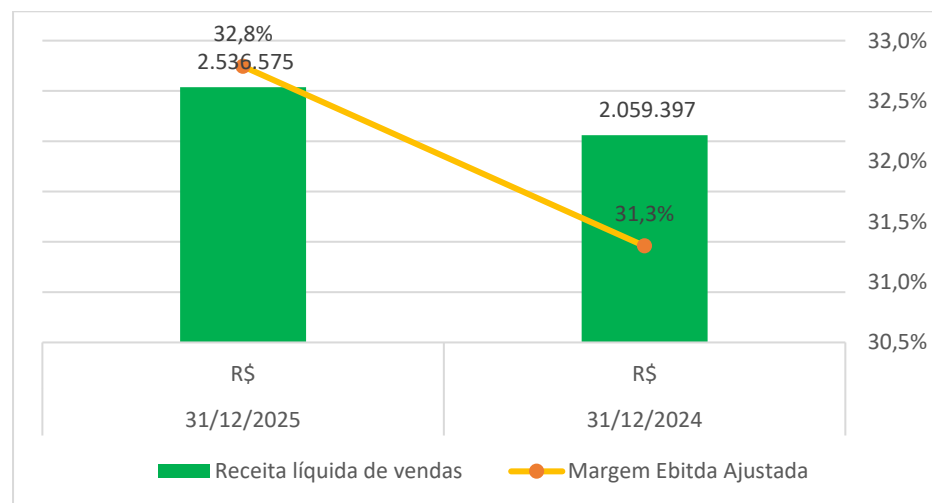
R\$ Mil	31/12/2025		31/12/2024		Δ %
	R\$	% ROL	R\$	% ROL	2025 vs 2024
Receita líquida de vendas	2.536.575	100%	2.059.397	100%	23%
Custos dos produtos vendidos	(1.705.946)	-67%	(1.459.670)	-71%	17%
Lucro bruto operacional antes do AVJ	830.629	33%	599.727	29%	39%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(24.314)	-1%	22.084	1%	-210%
Lucro bruto operacional	806.315	32%	621.811	30%	30%
Despesas de vendas	(228.447)	-9%	(199.414)	-10%	15%
Despesas gerais e administrativas	(84.386)	-3%	(58.647)	-3%	44%
Perda (reversão) de créditos esperadas com contas a receber	(14.475)	-1%	(5.741)	0%	152%
Outras receitas operacionais	50.271	2%	43.491	2%	16%
Outras despesas operacionais	(32.875)	-1%	(266)	0%	12259%
Resultado financeiro	(146.883)	-6%	(102.356)	-5%	44%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	349.520	14%	298.878	15%	17%
Imposto de renda e contribuição social	(109.676)	-4%	(68.399)	-3%	60%
Resultado do período	239.844	9%	230.479	11%	4%

Receita líquida de vendas e Custos dos produtos vendidos

O crescimento em 23% na receita líquida de vendas está relacionado, principalmente, ao aumento no preço de venda e à aquisição na operação da Vitagem em março de 2024 e Tamago em abril de 2025, incorrendo em maior produção e maior volume de vendas que possibilitaram a conquista de novos mercados e ampliação de suas atividades no segmento de avicultura nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco respectivamente, a margem bruta antes do AVJ aumentou 39% em 2025 quando comparado com o exercício de 2024, impactado principalmente pelo aumento no preço de venda.

EBITDA Ajustado

O desempenho da Companhia e suas controladas ainda se reflete positivamente em seu EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada, que apresentou margem de 32,8% em 2025:



Esse desempenho demonstra uma estrutura e operações saudáveis e resilientes ao apresentar EBITDA superior a 31% no exercício de 2025 e de 2024.

O EBITDA Ajustado consolidado gerado no exercício de 2025 foi de R\$831.642, com Margem EBITDA Ajustada de 32,8%, em comparação a um EBITDA de R\$644.559 e Margem EBITDA Ajustada de 31,2% no exercício de 2024:

R\$ Mil	31/12/2025		31/12/2024		Δ % 2025 vs 2024
	R\$	% ROL	R\$	% ROL	
Receita líquida de vendas	2.536.575	100%	2.059.397	100%	23%
Custos dos produtos vendidos	(1.730.260)	-68%	(1.437.586)	-70%	20%
Lucro bruto operacional	806.315	32%	621.811	30%	30%
Receitas e despesas operacionais líquidas	(309.912)	-12%	(220.577)	-11%	41%
(+) Depreciações e amortizações	293.563	12%	277.786	13%	6%
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	24.314	1%	(22.084)	-1%	-210%
(+/-) Valor presente da opção de compra na aquisição de controlada	17.362	1%	(12.377)	-1%	-240%
EBITDA Ajustado	831.642	33%	644.559	31%	29%

Dívida líquida

R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	91.722	178.039
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(913.627)	(1.064.277)
Passivo de arrendamento	(49.849)	(81.543)
Contas a pagar - aquisição de controladas	(44.696)	(74.001)
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada	(148.718)	(131.356)
Dívida líquida	(1.065.168)	(1.173.138)
Locações IFRS 16 (*)	30.073	-
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada (**)	148.718	131.356
Dívida líquida ajustada	(886.377)	(1.041.782)

(*) Em passivo de arrendamento foram considerados apenas dívidas bancárias exequíveis em 31 de dezembro, eliminando o efeito não-caixa de passivos de arrendamento decorrentes da norma contábil IFRS 16 (CPC 06 R2).

(**) A companhia não considera os passivos referente a provisão de opção de compra na aquisição de controlada como parte integrante da dívida líquida, os quais não representam uma obrigação financeira imediata ou desembolso contratual compulsório até que a opção seja formalmente exercida.

A Dívida Líquida ajustada da Companhia é composta por empréstimos bancários para financiamento da operação e pagamentos a realizar já assumidos pela aquisição de controladas (M&A), de curto e longo prazo, deduzidas do saldo disponível em caixa e equivalentes de caixa. Em 2025 o endividamento líquido reduziu R\$155.405, atingindo o montante de R\$ 886.377, se comparado ao exercício de 2024, redução relacionada, principalmente, ao pagamento de empréstimos e M&A.

Em 2025, a Companhia e suas controladas mantinham níveis de solvência considerados adequados pela administração, considerando o perfil da sua dívida e capacidade de geração de caixa, com índice de liquidez corrente de 1,23.

Investimentos

No exercício de 2025, o caixa líquido acumulado aplicado em investimentos totalizou R\$ 468.812, sendo em sua maioria na aquisição e recria das aves para manutenção do ativo biológico da Companhia e suas controladas.

Cultura e Princípios da Granja Faria



Missão

Criar e estabelecer uma relação mútua e duradoura de **respeito e confiança junto aos nossos clientes**, assegurando com nossa competência o **melhor serviço**, rentabilidade ao negócio e orgulho aos colaboradores por fazerem parte.



Visão

Sermos a **maior e melhor empresa na produção de ovos da América Latina**, sendo reconhecida por sua participação na vida das pessoas.



Valores

- ✓ Visão e atitude de dono
- ✓ Inconformismo
- ✓ Austeridade
- ✓ Foco nos clientes
- ✓ Simplicidade
- ✓ Biossegurança



Diretrizes de Gestão

- ✓ Rentabilidade
- ✓ Crescimento
- ✓ Reconhecimento
- ✓ Sustentabilidade

Colaboradores fortemente alinhados à nossa cultura e valores, e nossos gestores focados nas diretrizes de gestão da Companhia de rentabilidade focando em produtividade, controle de qualidade e biossegurança, crescimento orgânico e por aquisições, reconhecimento com compromisso e qualificação de nossos colaboradores e crescimento sustentável, são a fórmula de sucesso da Companhia e suas controladas.

Acreditamos, assim, que a combinação entre nosso volume de vendas, o alcance por meio de diversos canais de distribuição, a nossa diversidade de produtos e o amplo reconhecimento de nossas marcas favorece a execução de nossa estratégia de negócio e nos coloca em posição privilegiada para melhor aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado de ovos e proteínas e para atender a alta demanda nacional.

Governança e Pessoas

Nossa administração é composta por profissionais com experiência na indústria, demonstrando uma cultura corporativa marcada pelo sentimento de dono e comprometimento de longo prazo. A presença do nosso fundador no dia a dia dos nossos negócios também proporciona uma série de diferenciais, dentre eles, relacionamento próximo e desburocratizado com clientes, fornecedores, terceiros e produtores integrados, que acreditamos que resulta na harmonia e longa duração de nossas relações comerciais.

Nossos executivos são inseridos em um modelo de gestão focado em qualidade, gerido por quatro diretrizes principais: (i) lucratividade: com foco na produtividade, controle de qualidade e biossegurança; (ii) crescimento: orgânico e por meio de aquisições; (iii) reconhecimento: com comprometimento e qualificação de nossos colaboradores; e (iv) Sustentabilidade.

Desde a nossa fundação, temos trabalhado para nos institucionalizar, acelerar o desenvolvimento e retenção dos talentos, priorizar o engajamento da força de trabalho e implantar ações para aumentar nossa eficiência e produtividade, em conjunto com os mais de 2.400 funcionários da Companhia e suas controladas.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para auditoria de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em razão dos serviços de auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda., a Companhia efetuou o pagamento da importância de R\$ 1.500.000 durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2025, não foram contratados com a KPMG e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo de 2025 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Informações Adicionais

O foco do presente Relatório da Administração foi o desempenho e os principais desenvolvimentos realizados pela Companhia e suas controladas no exercício de 2025. Informações adicionais sobre a Companhia e suas controladas e seu mercado de atuação estão disponíveis no site de Relações com Investidores, em seu Formulário de Referência, e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Agradecimentos

Agradecemos especialmente a todos os nossos colaboradores, cuja dedicação e comprometimento foram essenciais para superar os desafios e alcançar resultados cada vez melhores. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança.

A Companhia e suas controladas continuará impulsionada por sua motivação e engajamento com seu plano de crescimento sustentável e temos certeza de que seguiremos contribuindo com a criação de valor para toda a sociedade e para nossos acionistas.

A administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Granja Faria S.A.

Lauro Muller – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Granja Faria S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Granja Faria S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos biológicos mensurados pelo valor justo

Veja a Notas 4.6 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas possuem o montante de R\$ 410.690 mil e R\$ 576.113 mil reconhecido como ativo biológico nos balanços patrimoniais individuais e consolidados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025. Os ativos biológicos são formados, principalmente, por aves de recria e aves para produção. Eles são utilizados no processo de comercialização de ovos da Companhia e suas controladas, sendo que as aves para produção são mensuradas ao valor justo utilizando o método de <i>Multi-period excess earnings method</i> - MPEEM. A mensuração do valor justo é baseada em diversas premissas adotadas pela Companhia e suas controladas, que envolvem, principalmente: (i) a determinação do preço dos ovos utilizados para se estimar a receita; (ii) a determinação dos custos necessários para se colocar o ativo em condição de venda; (iii) taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos, bem como devido ao nível de incerteza inerente às premissas utilizadas. Alterações nessas premissas podem resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Avaliamos se as premissas de preço dos ovos e taxa de desconto consideradas pela Companhia na mensuração do valor justo estavam condizentes com as informações de mercado; (ii) Avaliamos se a premissa de custos necessários para se colocar o ativo em condição de venda estava condizente com a atual estrutura de custo da Companhia. (iii) Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, consideramos que os saldos de ativo biológico e suas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento de receita

Veja a Notas 4.13 e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita da Companhia e suas controladas é originada principalmente pela produção e comercialização de ovos férteis e comerciais. A Companhia e suas controladas operam em um mercado com um alto volume de transações diárias relacionadas à venda de ovos. Essas transações podem envolver diferentes <i>Incoterms</i> e acordos comerciais, o que pode impactar o momento e o montante de reconhecimento da receita. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, considerando a importância da receita como indicador chave para a avaliação do desempenho da Companhia e suas controladas e a relevância dos montantes de receitas reconhecidas ao final do período.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: - revisamos as políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento de receita, verificando sua conformidade com as normas contábeis aplicáveis (CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente); - realizamos testes substantivos, em base amostral, incluindo a inspeção de acordos comerciais, pedidos de vendas, notas fiscais e comprovantes de entrega, para verificar se a receita foi reconhecida no momento apropriado e pelo valor correto; - aplicamos procedimentos analíticos para identificar variações significativas ou inesperadas nas receitas, investigando as causas dessas variações; - analisamos as devoluções e cancelamentos ocorridas em janeiro do ano subsequente; - avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o reconhecimento da receita, os quais não foram registrados pela Companhia e suas controladas, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8


Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Granja Faria S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.483	171.213	91.722	178.039	Fornecedores	17	114.612	63.295	184.590	148.731
Contas a receber	7	183.612	126.571	278.451	294.279	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	244.309	188.533	309.719	289.639
Estoques	8	70.878	43.041	115.067	119.951	Passivo de arrendamentos	19	5.964	6.047	14.410	8.599
Impostos a recuperar	9	69.972	39.372	127.454	113.153	Obrigações tributárias		250	416	359	759
Imposto de renda e contribuição social a recupera		2.299	2.130	2.299	2.130	Obrigações trabalhistas		17.837	10.003	26.695	22.333
Adiantamentos a fornecedores	10	96.738	5.778	115.007	32.976	Imposto de renda e contribuição social a recolhe		2.631	-	3.478	10.615
Outros créditos	10	2.182	931	2.930	4.308	Contas a pagar - aquisição de controladas	21	3.287	34.007	3.287	34.007
						Dividendos e juros sobre capital próprio	22.a	50.000	-	50.000	-
						Outras contas a pagar		2.848	8.851	3.360	5.754
Total do ativo circulante		505.164	389.036	732.930	744.836	Total do passivo circulante		441.738	311.152	595.898	520.437
						Não circulante					
Realizável a longo-prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	373.203	484.167	603.908	774.638
Outros créditos	10	693	541	11.227	14.521	Passivo de arrendamentos	19	24.109	55.140	35.439	72.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	4.138	3.321	Contas a pagar - aquisição de controladas	21	41.409	39.994	41.409	39.994
Impostos a recuperar	9	19.244	13.493	46.944	39.901	Obrigações tributárias - parceladas		621	429	1.215	1.176
Mútuos com partes relacionadas	22.a	33.224	45.938	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferido	11	100.698	32.042	135.167	77.300
						Provisão de opção de compras na aquisição de controlada	21	148.718	131.356	148.718	131.356
Total do realizável a longo-prazo		53.161	59.972	62.309	57.743	Débitos com partes relacionadas	22.a	4.049	220	-	-
						Provisão para contingências	23	6.672	1.397	9.983	11.055
Investimentos em controladas	13	690.307	858.935	-	-	Total do passivo não circulante		699.479	744.745	975.839	1.108.463
Ativo biológico	12	410.690	268.571	576.113	547.952						
Ativo de direito de uso	16	30.073	59.674	51.181	79.526	Patrimônio líquido	24	620.216	417.283	620.216	417.283
Imobilizado	14	379.810	226.302	969.282	881.295	Capital social		353.522	419.159	353.522	419.159
Intangível	15	45.750	29.849	153.660	153.990	Reservas de lucros		973.738	836.442	973.738	836.442
								973.738	836.442	973.738	836.442
Total do ativo não circulante		1.609.791	1.503.303	1.812.545	1.720.506	Total do passivo e patrimônio líquido		2.114.955	1.892.339	2.545.475	2.465.342
Total do ativo		2.114.955	1.892.339	2.545.475	2.465.342						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Granja Faria S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	25	1.440.350	577.280	2.536.575	2.059.397
Custos dos produtos vendidos	26	(1.020.659)	(379.817)	(1.730.260)	(1.437.586)
Lucro bruto operacional		419.691	197.463	806.315	621.811
Outras (despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas	26	(125.997)	(75.245)	(228.447)	(199.414)
Despesas gerais e administrativas	26	(55.955)	(24.238)	(84.386)	(58.647)
Perda (reversão) de créditos esperadas com contas a receber	26	(9.129)	714	(14.475)	(5.741)
Outras receitas operacionais	27	42.579	22.690	50.271	43.491
Outras despesas operacionais	27	(30.682)	(57)	(32.875)	(266)
Resultado da equivalência patrimonial	13	124.015	168.769	-	-
(Despesas) receitas operacionais, líquidas		(55.169)	92.633	(309.912)	(220.577)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	33.177	22.865	29.255	27.140
Despesas financeiras	28	(119.209)	(76.064)	(176.138)	(129.496)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		278.490	236.897	349.520	298.878
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(21.174)	(6.418)	(60.982)	(8.840)
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(17.472)	-	(48.694)	(59.559)
Lucro líquido do exercício		239.844	230.479	239.844	230.479
Lucro por ação					
Média ponderada de ações do exercício				14.945.789.847	14.945.789.847
Básico e diluído (Em reais)				0,01605	0,01542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Granja Faria S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		239.844	230.479	239.844	230.479
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>239.844</u>	<u>230.479</u>	<u>239.844</u>	<u>230.479</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Granja Faria S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros				Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social	Legal	Retenção De lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		344.788	21.971	239.204	-	605.963
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	230.479	230.479
Destinação para reserva legal	24.(c)	-	11.524	-	(11.524)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.(c)	-	-	54.739	(54.739)	-
Aumento de capital	24.(a)	72.495	-	(72.495)	-	-
Transferência reserva de lucros	24.(b)	-	-	164.216	(164.216)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		417.283	33.495	385.664	-	836.442
Lucro líquido do exercício		-	-	-	239.844	239.844
Destinação para reserva legal	24.(c)	-	11.992	-	(11.992)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.(c)	32.933	-	-	(56.963)	(24.030)
Aumento de capital	24.(a)	170.000	-	(170.117)	-	(117)
Distribuição de lucros	24.(c)	-	-	-	(78.401)	(78.401)
Transferência reserva de lucros	24.(b)	-	-	92.488	(92.488)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		620.216	45.487	308.035	-	973.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Granja Faria S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		278.490	236.897	349.520	298.878
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades					
Depreciação e amortização		171.667	96.771	293.563	277.786
Resultado de equivalência patrimonial	13	(124.015)	(168.769)	-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos	12	75.745	(15.552)	24.314	(22.084)
Reversão de provisão para contingências	23	-	(8.677)	(1.301)	(9.258)
Valor presente da opção de compras na aquisição de controlada	21	17.362	(12.377)	17.362	(12.377)
Provisão (reversão) de perda esperada com contas a receber	26	9.129	(1.791)	14.475	(142)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	90.736	63.222	138.451	114.014
Provisão de juros sobre obrigações sobre aquisição de controladas	21	8.759	7.740	8.759	7.740
Ganho em compra vantajosa	20.1	(17.499)	(1.002)	(17.499)	(1.002)
Ajustes a valor presente	21	5.984	2.568	5.984	2.568
Resultado na alienação do ativo imobilizado e biológico		59.859	3.684	90.326	8.786
Variações em:					
Contas a receber		4.864	(26.099)	5.062	(57.368)
Estoques		11.298	15.374	5.735	(7.432)
Impostos a recuperar		(541)	34.018	(11.050)	(45.947)
Outros créditos e adiantamentos a fornecedores		(82.005)	5.335	(77.359)	(2.372)
Fornecedores		17.862	(18.553)	25.695	(27.406)
Obrigações trabalhistas		1.731	(576)	1.806	1.792
Obrigações tributárias		3.123	(36.828)	(1.056)	15.536
Outras contas a pagar		(8.305)	(10.497)	(2.394)	(58)
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		524.244	164.888	870.393	541.654
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.341)	-	(30.575)	(39.376)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
		519.903	164.888	839.818	502.278
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adições do ativo imobilizado		(73.435)	(6.332)	(122.449)	(66.191)
Recebimento na venda de ativo imobilizado e biológico		(13.180)	(895)	(15.744)	(6.730)
Adições de ativo biológico	12	(209.466)	(97.033)	(335.831)	(252.705)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido no consolidado	20	(9.612)	-	(9.566)	(11.773)
Adições de ativo intangível	15	(165)	(433)	(966)	(1.152)
Adições de direito de uso	16	-	-	-	-
Caixa líquido adquirido de investida incorporada	4.1	3.588	2.767	-	-
Aumento de capital em subsidiária	13	(71.076)	(27.219)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	13	70.837	151.376	-	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento					
		(302.509)	22.231	(484.556)	(338.551)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	50.000	220.000	130.000	230.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	18	(177.584)	(153.609)	(272.953)	(192.364)
Juros pagos sobre financiamentos	18	(98.231)	(66.069)	(158.035)	(102.257)
Pagamento de arrendamentos	19	(2.348)	-	(5.680)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	24	(52.431)	-	(52.431)	-
Pagamento de aquisição de controladas	21	(82.480)	(135.102)	(82.480)	(121.602)
Captações (pagamentos) de mútuos com partes relacionadas, líquido	22.a	53.950	(14.291)	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento					
		(309.124)	(149.071)	(441.579)	(186.223)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		(91.730)	38.048	(86.317)	(22.496)
No início do exercício		171.213	133.165	178.039	200.535
No final do exercício		79.483	171.213	91.722	178.039
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		(91.730)	38.048	(86.317)	(22.496)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Granja Faria S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receitas de contrato com cliente	1.457.777	585.253	2.569.547	2.101.066
Outras receitas	29.262	37.288	34.760	52.963
(-) Perdas e provisão para perda esperada de clientes	(9.129)	714	(14.475)	(5.741)
	<u>1.477.910</u>	<u>623.255</u>	<u>2.589.832</u>	<u>2.148.288</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(749.301)	(263.206)	(1.240.434)	(1.020.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(152.801)	(87.077)	(286.489)	(247.328)
	<u>(902.102)</u>	<u>(350.283)</u>	<u>(1.526.923)</u>	<u>(1.267.967)</u>
Valor adicionado bruto	<u>575.808</u>	<u>272.972</u>	<u>1.062.909</u>	<u>880.321</u>
Depreciação e amortização	(171.667)	(96.771)	(293.563)	(294.453)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>404.141</u>	<u>176.201</u>	<u>769.346</u>	<u>585.868</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	124.015	168.769	-	-
Receitas financeiras	33.177	27.509	29.255	43.261
	<u>157.192</u>	<u>196.278</u>	<u>29.255</u>	<u>43.261</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>561.333</u>	<u>372.479</u>	<u>798.601</u>	<u>629.129</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	71.271	27.266	133.600	109.786
Benefícios	22.489	6.160	31.559	18.453
FGTS	5.216	2.020	9.767	8.072
	<u>98.976</u>	<u>35.446</u>	<u>174.926</u>	<u>136.311</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	65.328	22.132	156.130	100.186
Estaduais	11.406	6.034	21.048	26.035
Municipais	88	28	183	172
	<u>76.822</u>	<u>28.194</u>	<u>177.361</u>	<u>126.393</u>
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	100.643	72.461	149.259	124.502
Aluguéis	9.119	2.295	12.878	6.379
Outras	35.929	3.604	44.333	5.065
	<u>145.691</u>	<u>78.360</u>	<u>206.470</u>	<u>135.946</u>
Remuneração de capital próprio				
Dividendos e juros sobre capital próprio	(56.963)	54.739	(56.963)	54.739
Lucro retido	296.807	175.740	296.807	175.740
	<u>561.333</u>	<u>372.479</u>	<u>798.601</u>	<u>629.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em Milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Granja Faria S.A. (“Companhia”, “Controladora”, ou “Granja Faria”), tem sua sede social, na Rodovia SC 390, Km 432, Bairro Cento e Sete, Lauro Müller - SC, tendo como objetivo principal a produção de ovos comerciais, fertilizantes, ovos férteis e pintos de 1 dia.

A Companhia e suas controladas tem unidades de produção nos estados de Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo e Goiás. Essas unidades produzem ração animal para consumo próprio e, na sua maioria, têm seus próprios sistemas de logística, todos fazendo parte de um sistema integrado criado com produtores agrícolas para a (i) fase de criação de aves, (ii) produção de ovos férteis e (iii) preparação de sistemas automatizados para a produção de ovos comerciais.

A Companhia e suas controladas atendem clientes tanto no mercado local (Brasil) quanto no mercado internacional (México, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Japão, países da América do Sul e países africanos), fornecendo ovos férteis, pintos de 1 dia e ovos comerciais para consumo.

2 Base de preparação

2.1 Declaração da administração e base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão na reunião realizada em 30 de março de 2026.

A DVA busca evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição e é preparada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demonstrações e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A legislação societária brasileira para companhias registradas na CVM requer a publicação da DVA como parte de suas demonstrações financeiras individuais e, nas demonstrações financeiras consolidadas, é uma informação suplementar, já que não é requerida pelo IFRS.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário.

A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Ela é determinada considerando-se a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços, custos de fornecimento de bens ou serviços, forças competitivas e regulamentações do país, e a moeda na qual a Companhia e suas controladas obtém a maior parte dos fundos para operações financeiras e acumula caixa.

2.2.1 Transação em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras que não sejam a moeda funcional de uma entidade são inicialmente mensuradas na moeda funcional da entidade usando a taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data de apresentação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da remensuração dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras às taxas de câmbio do final do período são reconhecidos na demonstração de resultados, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e respectivas divulgações.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre premissas e incertezas de estimativas na data de apresentação que têm risco relevante de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas a seguir:

- Nota 4.9 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Principais premissas subjacentes ao valor recuperável, que são: base de projeção, valor residual, taxa de desconto e premissas macroeconômicas;
- Nota 12 - Ativos biológicos - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados significativos não observáveis.
- Nota 21 - Combinação de negócios - valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor justo da opção de compra) e valor justo dos ativos adquiridos (imobilizado, acordo de não concorrência e ativos biológicos);

2.3.2 **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado tanto quanto possível.

Informações adicionais sobre as premissas aplicadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4.2 – Combinação de negócios.
- Nota 4.3 – Instrumentos financeiros.
- Nota 12 – Ativo biológico.

3 **Normas e interpretações novas e alteradas**

3.1 **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**

A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente qualquer norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

Data efetiva	Novas normas, interpretações ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40	O IASB alterou o IFRS <i>Accounting Standards 9 Financial Instruments</i>, equivalente ao CPC 48, nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes. O IASB também alterou o IFRS <i>Accounting Standards 7 Financial Instruments: Disclosures</i>, equivalente ao CPC 40. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o CPC 48 e CPC 47, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do CPC 48 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no CPC 47.
1º de janeiro de 2026	<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards</i> – Volume 11.	As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o CPC 48. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Data efetiva	Novas normas, interpretações ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2027	IFRS <i>Accounting Standards</i> 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS <i>Accounting Standards</i> podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS <i>Accounting Standards</i> 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
1º de janeiro de 2027	IFRS <i>Accounting Standards</i> 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (CPC 51)	O IASB emitiu a IFRS <i>Accounting Standards</i> 18 <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>, que substituirá a IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements</i> (equivalente ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis). A nova norma introduz mudanças na estrutura da demonstração do resultado, incluindo a apresentação de novos subtotais obrigatórios e a classificação das receitas e despesas em categorias operacionais, de investimento e de financiamento, além de novos requisitos de divulgação relacionados às medidas de desempenho gerencial (<i>Management Performance Measures – MPM</i>). A Administração está avaliando os potenciais impactos da adoção dessa norma nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado.	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na CPC 36 e na CPC 18)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

3.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Acordos de financiamento de fornecedores (Alterações ao CPC 03/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação)	Essas alterações introduzem novos requerimentos de divulgação relacionados a acordos de financiamento com fornecedores (frequentemente denominados <i>reverse factoring</i>, risco sacado ou programas similares), com o objetivo de aumentar a transparência sobre o impacto desses acordos na posição financeira, no fluxo de caixa e na gestão de liquidez da entidade. As alterações requerem divulgações adicionais sobre os termos e condições desses acordos, os saldos relacionados e as mudanças nesses saldos ao longo do período. A adoção dessas alterações não resultou em impactos no reconhecimento ou mensuração de ativos e passivos da Companhia e suas controladas. As alterações introduzem exceção temporária ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos relacionados às regras do imposto mínimo global (Pillar Two), bem como requerimentos adicionais de divulgação para auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem a exposição da entidade a essas regras.
Imposto complementar global – Pilar Dois (Alterações ao CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro)	A Companhia e suas controladas avaliaram os potenciais impactos da legislação relacionada ao Pilar II nas jurisdições em que opera e concluiu que, na data de reporte, não houve impactos relevante no reconhecimento e mensuração de tributos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, limitando-se os efeitos às divulgações requeridas. A adoção das alterações mencionadas acima não teve impacto relevante sobre os resultados, posição financeira ou fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.
Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02/IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)	Essas alterações fornecem orientações adicionais sobre como determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é conversível em outra moeda, bem como estabelecem novos requerimentos de divulgação para situações em que exista ausência de conversibilidade. As alterações também requerem que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a ausência de conversibilidade de uma moeda afeta ou pode afetar o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. A adoção das alterações mencionadas acima não teve impacto relevante sobre os resultados, posição financeira ou fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Políticas contábeis materiais

A Companhia e suas controladas aplicaram as seguintes políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando mencionado de outra forma.

4.1 Base de consolidação

O controle sobre as subsidiárias é obtido quando a Companhia tem: (i) poder em relação à investida (ou seja, a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

a. Controladas

A Companhia controla uma subsidiária quando está exposta a, ou tem direito a, retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade e pode afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Os saldos e as transações entre empresas, inclusive quaisquer receitas e despesas não realizadas, são eliminados na consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

As entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são:

Controladas - no Brasil	Principal atividade	Participação	31/12/2025	31/12/2024
Marutani Alimentos Ltda (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	-
Granja Stragliotto Eireli (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	-
Produtora de Ovos Josidith Ltda	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	100%
Aviário Santo Antônio Ltda (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	100%
ASA Premium Comércio de Ovos Eireli	Produção e venda de ovos comerciais	Indireta	100%	100%
Grupo Iana:				
Iana Alimentos Ltda (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	-
Iana Indústria e Comércio de Adubos e Fertilizantes Ltda.	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	100%	100%
Avimor Agroavícola Moresco Ltda (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	-
Granja Alexaves Ltda (i)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	-	-
Ovos BL Group:				
BL Conservas e Alimentos Ltda	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	100%	100%
BL Transportes Ltda	Transporte de ovos	Direta	100%	100%
BL Bahia Ltda.	Venda de ovos comerciais	Direta	100%	100%
BL Ovos Ltda.	Venda de ovos comerciais	Direta	100%	100%
Grupo Katayama:				
Ômega Participações Ltda	Holding	Direta	100%	100%
Nascente Participações Ltda	Holding	Direta	100%	100%
GGK Participações Ltda (ii)	Holding	Indireta	60%	60%
Katayama Alimentos Ltda (ii)	Produção e venda de ovos comerciais	Indireta	60%	60%
Vitagema (iii)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	90%	90%
Tamago (iv)	Produção e venda de ovos comerciais	Direta	100%	-

- (i) Durante os anos de 2024 e de 2025, a Controladora incorporou as investidas Avimor Agroavícola Moresco Ltda (30/04/2024), Granja Stragliotto Eireli (30/05/2024), Marutani Alimentos Ltda (30/06/2024), Granja Alexaves Ltda (31/07/2024), Iana Alimentos Ltda (30/09/2024), Produtora de Ovos Josidith Ltda. (30/04/2025) e Aviário Santo Antônio Ltda. (31/07/2025).

As Controladas envolvidas fazem parte do mesmo grupo societário e possuem características afins, dessa forma a incorporação, justifica-se por beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica e financeira das Companhias, permitindo a redução de custos;

As incorporações visam a extinção das controladoras incorporadas e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela incorporadora. O valor do capital social da incorporadora permaneceu inalterado, tendo em vista que a incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital, tampouco a emissão de novas ações;

O critério de avaliação do patrimônio líquido das controladoras incorporadas, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de março de 2024 “Avimor”, 30 de abril de 2024 “Stragliotto”, 30 de maio de 2024 “Marutani”, 30 de junho de 2024 “Alexaves”, 31 de agosto de 2024 “Grupo Iana”, 31 de março de 2025 “Josidith”, e “ASA”. conforme Laudos de Incorporação devidamente aprovados conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 30/04/2024, 30/05/2024, 30/06/2024, 31/07/2024, 30/09/2024, 30/04/2025 e 31/07/2025 respectivamente;

Os acervos líquidos incorporados nas datas base das respectivas incorporações, têm a seguinte composição:

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Avimor 31/03/2024	Stragliotto 30/04/2024	Marutani 31/05/2024	Alexaves 30/06/2024	Iana 30/09/2024	Josidith 30/04/2025	ASA 31/07/2025	Total
Caixa e equivalentes de caixa	538	1.056	392	194	917	2.260	1.328	6.685
Contas a receber de clientes e outros créditos	8.048	12.200	20.790	3.531	29.941	37.120	33.914	145.544
Estoques	4.847	9.937	3.061	2.337	30.441	16.273	22.862	89.758
Impostos a recuperar	2.553	4.358	2.714	1.443	11.406	10.594	22.519	55.587
Outros créditos	732	55	1.704	539	511	3.673	6.685	13.899
Créditos com partes relacionadas	-	635	1.315	129	4.826	30.412	8.118	45.435
Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.927	1.927
Imobilizado	6.920	17.228	34.891	7.975	84.338	52.202	51.525	255.079
Intangível	4	24	5	-	14	62	73	182
Ativo biológico	29.091	53.088	53.273	9.559	76.336	69.179	118.413	408.939
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.520)	(5.679)	(8.678)	(1.690)	(14.986)	(18.992)	(14.463)	(69.008)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(451)	-	(57.030)	(39.955)	(39.936)	(137.372)
Obrigações trabalhistas	(487)	(769)	(1.280)	(701)	(3.976)	(2.404)	(3.699)	(13.316)
Obrigações tributárias	(1.394)	(2.799)	(4.155)	(471)	(3.492)	(6.886)	(3.270)	(22.467)
Outras contas a pagar	(401)	(2.325)	(5.327)	(695)	(14.617)	(2.211)	(91)	(25.667)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.685)	(15.627)	(13.534)	(2.075)	(23.918)	(18.580)	(39.454)	(121.873)
Partes relacionadas	(74)	(117)	(729)	(41)	(394)	(319)	(804)	(2.478)
Passivos contingentes	(2.277)	(958)	(1.184)	(243)	(2.363)	(673)	(4.602)	(12.300)
Acervo líquido	34.895	70.307	82.807	19.791	117.954	131.755	161.045	618.554

- (ii) Os acionistas da participação societária remanescente têm uma opção de venda sobre a participação de 40%; no entanto, a Companhia a contabilizou como adquirida, mensurando o investimento a 100% da participação societária.
- (iii) Em 11 de março de 2024 a Companhia adquiriu o controle de 90% das operações da Vitagem, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção no Rio Grande do Norte, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste. Com base no contrato de compra e venda e atendendo às normas contábeis, o reconhecimento inicial da participação está sendo mensurado por 100% da participação, considerando como uma aquisição antecipada.
- (iv) Em continuidade ao processo de expansão, em 04 de abril de 2025 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações da Tamago, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção em Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste (Nota 20.1).

4.2 Combinação de negócios

As combinações de negócios (exceto aquelas que envolvem entidades sob controle comum) são contabilizadas por meio da aplicação do método de aquisição. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo na data da aquisição, bem como os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes, que geralmente são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui um insumo e um processo substantivo que, em conjunto, contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos. O processo adquirido é considerado substancial se for fundamental para a capacidade de continuar produzindo resultados e os insumos adquiridos incluem uma força de trabalho organizada com as habilidades, o conhecimento ou a experiência necessária para executar esse processo ou se contribuir significativamente para a capacidade de continuar produzindo resultados. Os ativos e passivos financeiros assumidos são avaliados quanto à classificação e designação apropriadas de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição.

Os custos relacionados à aquisição são registrados como despesas conforme incorridos e reconhecidos como outras despesas operacionais. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente para verificar se há perda de valor, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ter sofrido redução ao valor recuperável.

O ágio é mensurado inicialmente pelo custo, como o excedente do valor agregado (i) da contraprestação transferida, mensurada pelo valor justo; (ii) valor de qualquer participação de acionistas não controladores na adquirida; e (iii) em uma combinação de negócios realizada em etapas, o valor justo da participação previamente mantida pela adquirente na adquirida na data da aquisição; sobre o montante líquido dos valores dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando esse valor agregado é menor do que o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho em uma compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados. Posteriormente o ágio é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa (“UGC”) da Companhia que se espera que vá se beneficiar da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

4.3 Instrumentos financeiros

As políticas contábeis de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são descritas a seguir:

Ativo financeiro

a. Reconhecimento e mensuração

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, no caso de ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são inicialmente mensuradas considerando seu preço de transação.

Os custos da transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) são registrados como despesas no resultado.

b. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais.

(i) Avaliação do modelo de negócios

A Companhia e suas controladas avaliam o propósito do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido, uma vez que ele reflete como o negócio é gerenciado, e as informações são fornecidas à Administração. As seguintes informações são consideradas:

- políticas e objetivos formais estabelecidos para o portfólio e a aplicabilidade prática dessas políticas. Elas confirmam se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receita de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou o recebimento de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos para o objetivo do modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para o fim dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos de maneira restrita como sendo uma compensação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito, embora também possam incluir uma compensação para outros riscos de empréstimo, como liquidez, custos administrativos e uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o prazo dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior que valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, mais a receita de juros ou dividendos, são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

c. Desreconhecimento

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia e suas controladas assumem a obrigação de pagar o valor total dos fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia e suas controladas não transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Passivo financeiro

d. Reconhecimento, mensuração e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso (i) seja classificado como mantido para negociação, (ii) seja um derivativo ou (iii) seja designado como tal no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente no resultado ou em outros resultados abrangentes (valor justo por meio de outros resultados abrangentes, VJORA). Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas com juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na demonstração de resultados.

e. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração de resultados.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e os seus valores líquidos apresentados no balanço patrimonial se houver um direito legal executável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perdas de crédito esperadas em contas a receber

A perdas de crédito esperadas em contas a receber é estimada individualmente, considerando a capacidade de solvência do cliente. As características das contas a receber da Companhia e suas controladas são (i) o componente financeiro imaterial; (ii) a carteira de recebíveis não complexos; e (iii) o baixo risco de crédito.

A Companhia e suas controladas dão baixa nas contas a receber quando se torna evidente, com base na idade ou nas circunstâncias do cliente, que esses valores não serão obtidos. A despesa é reconhecida na demonstração de resultados como “Perdas de créditos esperadas com contas a receber”.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber, mensuradas pelo custo amortizado, é apresentada como uma dedução do seu valor contábil e no resultado do exercício na rubrica de ‘Perda (reversão) de créditos esperadas com contas a receber’.

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas controladas classificam os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures como atividades de financiamento pelo fato que representam a amortização do capital obtido para financiar operações ou investimentos, reduzindo as obrigações financeiras da Companhia e suas controladas e impactando diretamente sua estrutura de capital. Essa classificação reflete a gestão estratégica dos recursos financeiros e a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar seus compromissos, oferecendo uma visão clara e transparente aos investidores e demais partes interessadas em relação à gestão de empréstimos, financiamentos e debêntures.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de cumprir os compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimento ou outras finalidades. Eles incluem investimentos de curto prazo realizáveis dentro de 90 dias da data original do título ou considerados de alta liquidez concedidos pelo emissor ou conversíveis em um valor conhecido de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças no valor.

4.5 Estoques

Os estoques são representados por produto acabado, matéria-prima e suprimentos, mensurados pelo menor valor entre o custo ou o valor realizável líquido. Os estoques são mantidos para venda no curso normal dos negócios. Os produtos acabados são representados por ovos de incubação e de mesa, a matéria-prima e suprimentos inclui ração para aves – milho e soja – e materiais de embalagem.

O custo dos estoques baseia-se no método da média ponderada e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques. A provisão para perdas ou obsolescência é reconhecida para riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensurada ao valor líquido realizável. Para os exercícios findos em dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão relacionada ao valor líquido de realização foi reconhecida.

4.6 Ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos é realizada pela Companhia e suas controladas no final de cada período de apresentação. O valor justo é mensurado menos o custo de venda, sendo que qualquer mudança é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Custo dos produtos vendidos” (Nota 26).

Para determinar o valor justo, o modelo de fluxo de caixa descontado (Nota 12) é aplicado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para esses ativos (galinhas e codornas).

Os animais vivos são representados por galinhas e codornas categorizadas em aves de criação (ovos férteis) e aves de produção (ovos comerciais), classificadas como ativos biológicos não circulantes. A vida útil média dessas aves é apresentada a seguir:

- Ovos férteis: A galinha começa a produzir ovos após 24 semanas e permanece em produção por 48 semanas, totalizando uma vida útil de 72 semanas.

- Ovos comerciais: A galinha começa a produzir ovos após 18 semanas e permanece em produção por 96 semanas, totalizando uma vida útil de 114 semanas. As codornas começam a produzir ovos após 5 semanas e permanecem em produção por 50 semanas, totalizando uma vida útil de 55 semanas.

4.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados (se aplicável), deduzidos da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

A depreciação é calculada para baixar o custo dos itens do imobilizado deduzido dos seus valores residuais estimados pelo método linear sobre as vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do imobilizado para Controladora e Consolidado são as seguintes:

Veículos	05–15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10–30 anos
Instalações	10 anos
Edificações e galpão	25–60 anos

4.8 Intangível

4.8.1 Reconhecimento e mensuração

a. Programa de computadores (software)

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

b. Relacionamento com clientes

Refere-se às carteiras de clientes identificadas na combinação de negócios.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, têm vida útil finita de três anos. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

c. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

4.8.2 Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos produtos vendidos”. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota 15.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil dos seus ativos não financeiros a cada data de apresentação para determinar se há alguma indicação de perda de valor. Se houver essa indicação, ou quando for necessário fazer o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo, a Companhia e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de alienação. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas na qual a unidade geradora de caixa opera e que reflita as percepções atuais dos participantes do mercado.

A Companhia e suas controladas baseiam seu cálculo de redução ao valor recuperável nos orçamentos mais recentes e nos cálculos de previsão, que são preparados separadamente para cada uma das UGCs da Companhia e suas controladas às quais os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos e cálculos de previsão geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento não circulante é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu desvalorização.

Para os ativos, exceto o ágio, uma avaliação é realizada em cada data de apresentação para determinar se há uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente não existem mais ou diminuíram. Se essa indicação existir, a Companhia e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização reconhecida. A reversão é limitada de maneira que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

O valor do ágio é testado anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil possa ter sofrido redução ao valor recuperável.

A redução ao valor recuperável é determinada para o ágio avaliando o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) ao qual o ágio se relaciona. Quando o valor recuperável de uma UGC for menor que seu valor contábil, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Uma provisão para redução ao valor recuperável é reconhecida para ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso ou valor justo menos os custos de alienação.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a Companhia e suas controladas em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos os custos de alienação são calculados, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia e suas controladas baseiam sua avaliação de redução ao valor recuperável nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para UGC às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento não circulante é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia não identificou nenhuma indicação de redução ao valor recuperável no seu ativo imobilizado e intangível.

4.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos das transações) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração de resultados durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As despesas com financiamento de empréstimos e debêntures são reconhecidas como despesas no período em que são incorridas, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.11 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros do contrato de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa ou se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual.

4.12 Provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos trabalhistas, cíveis e tributários.

As provisões são reconhecidas quando as perdas são consideradas prováveis, ou seja, quando é mais provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, o valor pode ser mensurado de maneira confiável e a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados.

Quando não for considerado provável, a Companhia divulga um passivo contingente (perda possível), a menos que a possibilidade de um desembolso de recursos que incorporem benefícios econômicos seja remota, em cujo caso nenhuma provisão ou divulgação é feita.

A provisão para processos tributários, cíveis e trabalhistas é contabilizada em um valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis até as datas de apresentação, com base na avaliação da Companhia e suas controladas e dos seus assessores jurídicos. As mudanças na provisão são contabilizadas como um aumento caso a estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação aumentar, o valor adicional é reconhecido como despesa no período em que a mudança é identificada, se a estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação diminuir, a redução é reconhecida como uma redução na despesa no período em que a mudança é identificada e quando a provisão é utilizada devido à saída de recursos, o valor é reduzido de forma correspondente.

4.13 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas da Companhia e suas controladas são a venda de ovos férteis e ovos comerciais.

A receita líquida de vendas é mensurada com base na contraprestação especificada em um contrato com o cliente e pode ser afetada por considerações variáveis, como descontos. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia e suas controladas estimam o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de produtos para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que uma reversão significativa da receita não ocorra quando a incerteza associada for resolvida.

A Companhia e suas controladas podem negociar descontos com seus clientes, que são reconhecidos de acordo com as condições de pagamento dos contratos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita líquida de vendas quando transfere o controle sobre as mercadorias para um cliente, que é o destino (local do cliente ou porto de destino), retratando fielmente a transferência de controle e o reconhecimento da receita. Não são raros os casos de retirada pelo cliente nas instalações da Companhia e suas controladas, em cujo caso o controle é transferido para o cliente nesse momento e a Companhia e suas controladas reconhecem a receita líquida de vendas.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento do cumprimento das obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo termos de pagamentos significativos e as políticas de reconhecimento de vendas líquidas relacionadas:

Tipo de produtos e serviços	Natureza e época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita líquida de vendas
Venda de ovos férteis e Venda de ovos comerciais	Representam venda de produtos avícolas, com faturamento de acordo com cada segmento e negociação de entrega e prazos de pagamento com cada cliente. Os clientes obtêm o controle dos produtos quando eles são entregues e aceitos nas instalações do cliente. As faturas são emitidas no momento da remessa. Os prazos de pagamento dependem do acordado em contrato com cada cliente e podem variar de pagamento à vista até 35 dias para ovos comerciais e 90 dias para ovos férteis em média para pedidos de maior volume.	A receita líquida de vendas é reconhecida quando as mercadorias são entregues.

4.14 Imposto de Renda

a. Imposto de renda (“IRPJ”) e contribuição social (“CSLL”) - corrente

A provisão para tributos sobre a renda é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração de resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda é calculado pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro da Companhia e suas controladas são calculados da seguinte forma:

- Imposto de renda: à alíquota de 15%, mais 10% de alíquota para lucros tributáveis que excedam R\$ 240 e contribuição social à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis e regras tributárias na data de apresentação, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros

b. *Imposto de renda e contribuição social – diferidos*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de apresentação e valores usados para fins de tributação. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou o prejuízo real.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de apresentação e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

O reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pela Companhia se, e somente se, tiver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária.

4.15 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O cálculo do lucro diluído por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários e na média ponderada do número de ações ordinárias em circulação após o ajuste para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve eventos que diluíssem o lucro por ação da Companhia. Portanto, o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

4.16 Segmento operacional

As informações por segmento são apresentadas de maneira consistente com os relatórios internos fornecidos ao Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões sobre os recursos, pela avaliação do desempenho do segmento operacional da Companhia e suas controladas e pela tomada de decisões estratégicas. A Companhia e suas controladas classificaram seus negócios em dois segmentos de informações: ovos férteis e ovos comerciais.

4.17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras correspondem principalmente a juros sobre caixa e equivalentes de caixa, ganhos cambiais e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida na demonstração de resultados pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras correspondem principalmente a despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, aquisições e impostos parcelados, variações cambiais e descontos concedidos.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a liquidez e a rentabilidade. A Companhia e suas controladas não investem em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

5.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos compreendem principalmente possíveis flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities. A Companhia e suas controladas monitoram as expectativas de mudança nas taxas de juros e de moeda estrangeira por meio de análises sensíveis com base na previsão das taxas de juros e de moeda projetadas (12 meses).

b. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas administram sua exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, investindo em títulos de curto prazo em instituições financeiras.

No que tange às contas a receber, a Companhia e suas controladas limitam sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade dos clientes e da análise contínua de crédito.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber. (Nota 7)

Exposição ao risco de crédito:

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é representada pelo valor contábil de cada classe de ativos financeiros reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a possibilidade de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro possam flutuar devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. A Companhia e suas controladas monitoram as condições de mercado para identificar a necessidade de revisar suas estratégias, visando obter uma estrutura de dívida equilibrada que minimize o custo da dívida. A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros.

O quadro abaixo apresenta a exposição a riscos de taxas de juros de transações relacionadas a depósitos interfinanceiros brasileiros (“CDI”) e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”):

Operação	Risco	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Exposição					
Aplicações financeiras (Nota 6)	CDI	78.465	158.627	87.419	165.014
	CDI +1.1 a				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	2.6%	(617.512)	(672.700)	(913.627)	(1.064.277)
	CDI +1.2 a				
Passivo de arrendamentos (Nota 19)	1.9%	(30.073)	(61.187)	(49.849)	(81.543)
Contas a pagar - aquisição de controladas (Nota 21)	CDI	(44.696)	(74.001)	(44.696)	(74.001)
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada (Nota 21)	IPCA	(148.718)	(131.356)	(148.718)	(131.356)
Total		(762.534)	(780.617)	(1.069.471)	(1.186.163)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada

O quadro abaixo demonstra a projeção da perda incremental que teria sido reconhecida no resultado para o ano seguinte e os seguintes cenários:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição líquida	Aumento nas taxas de juros	(87.898)	(109.873)	(131.848)

Em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição líquida	Aumento nas taxas de juros	(139.324)	(174.156)	(208.987)

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição líquida	Aumento nas taxas de juros	(151.048)	(188.810)	(226.573)

Em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Risco da Companhia	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição líquida	Aumento nas taxas de juros	(183.423)	(229.281)	(275.137)

O cenário provável considera as taxas de juros futuras para o prazo de 12 meses, de acordo com as cotações da Bolsa de Valores (“B3”) na data prevista para a Administração rever sua estratégia de estrutura de capital. Os Cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros de 25% e 50%, respectivamente, sobre uma taxa de CDI de 14,32% ao ano e uma taxa de IPCA de 4,26% ao ano.

d. Risco cambial

Não houve transações com derivativos que afetassem as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os ativos denominados em moeda estrangeira para os quais as variações cambiais são reconhecidas no resultado são:

Operação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira (Nota 6)	606	11.702	3.774	11.702
Contas a receber – Vendas no exterior (Nota 7)	7.981	20.266	14.423	28.714
Exposição líquida (*)	8.587	31.968	18.197	40.416

(*) Não há passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Análise de sensibilidade

O quadro abaixo demonstra a projeção das receitas/(despesas) incrementais que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício seguinte, com base nos seguintes cenários:

Taxa de câmbio	31 de dezembro de 2025					
	5,50	5,22	6,525	7,83	3,915	2,61
	Valor em reais	Cenário provável	Cenário I Valorização de 25%	Cenário II Valorização de 50%	Cenário III Desvalorização de 25%	Cenário IV Desvalorização de 50%
Ativos denominados em US\$						
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	3.774	(193)	702	1.597	(1.088)	(1.790)
Contas a receber – Vendas no exterior	14.423	(736)	2.686	6.107	(4.158)	(6.843)
Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido	-	(929)	3.388	7.704	(5.246)	(8.633)

31 de dezembro de 2024						
Taxa de câmbio	6,1656	5,73	7,1625	8,595	4,2975	2,865
	Valor em reais	Cenário provável	Cenário I Valorização de 25%	Cenário II Valorização de 50%	Cenário III Desvalorização de 25%	Cenário IV Desvalorização de 50%
Ativos denominados em US\$						
Caixa +e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	11.702	(826)	1.892	4.611	(3.545)	(6.264)
Contas a receber – Vendas no exterior	28.714	(2.029)	4.642	11.313	(8.701)	(15.372)
Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido	-	(2.855)	6.534	15.924	(12.246)	(21.636)

Em 31 de dezembro de 2025, o cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para um prazo de 90 dias, de R\$ 5,22 / US\$ 1,00, de acordo com as cotações da B3. Os cenários I e II consideram uma valorização do dólar americano de 25% (R\$ 6,52/US\$ 1,00) e 50% (R\$ 7,83/US\$ 1,00). Os cenários III e IV consideram uma desvalorização do dólar de 25% (R\$ 3,91/US\$ 1,00) e 50% (R\$ 2,61/US\$ 1,00).

Em 31 de dezembro de 2024, o cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para um prazo de 90 dias, de R\$ 5,73/US\$ 1,00, de acordo com as cotações da B3. Os cenários I e II consideram uma valorização do dólar americano de 25% (R\$ 7,16/US\$ 1,00) e 50% (R\$ 8,59/US\$ 1,00), respectivamente. Os cenários III e IV consideram uma desvalorização do dólar de 25% (R\$ 4,29/US\$ 1,00) e 50% (R\$ 2,86/US\$ 1,00).

e. Risco de preço de commodities

A condição financeira da Companhia e suas controladas flutuam com base no custo e no fornecimento de commodities, incluindo milho, farelo de soja e outros ingredientes para ração. A Companhia e suas controladas tem uma equipe experiente e totalmente dedicada à compra de grãos, seguindo uma estratégia para minimizar o risco de volatilidade de preços ao longo do tempo. Ela também conta com um departamento dedicado que monitora informações em tempo real em termos de oferta e demanda de grãos, permitindo previsibilidade de preços e inteligência de compra.

As flutuações nos preços do milho e da soja, principais componentes da ração para aves, podem aumentar os custos da ração, uma parte substancial dos custos de produção da Companhia e suas controladas. O aumento dos preços das commodities pode levar a custos operacionais mais altos, reduzindo as margens de lucro, a menos que isso seja compensado por preços mais altos dos ovos.

A Companhia e suas controladas têm controle limitado sobre os preços dos ingredientes, que são influenciados pelo clima, pela dinâmica da oferta e demanda, pelos custos de transporte, pela especulação do mercado e por várias políticas.

Portanto, monitorar e gerenciar os riscos de preços das commodities com eficácia é fundamental para manter nossa estabilidade financeira e garantir que continuemos com preços competitivos no mercado.

f. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez implica manter caixa suficiente e fundos disponíveis por meio de linhas de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado.

O objetivo da Companhia e suas controladas é manter um equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a flexibilidade por meio do uso de saques bancários a descoberto, empréstimos bancários e debêntures. A Companhia e suas controladas também tem acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento.

A Companhia e suas controladas monitoram seu risco de insuficiência de fundos usando a métrica de liquidez descrita abaixo.

Operação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	505.164	389.036	732.930	744.836
Total do passivo circulante	<u>(441.738)</u>	<u>(311.152)</u>	<u>(595.898)</u>	<u>(520.437)</u>
Ativos líquidos circulantes	<u>63.426</u>	<u>77.884</u>	<u>137.032</u>	<u>224.399</u>

Considerando as informações fornecidas acima, a Companhia e suas controladas acreditam que tem recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros na data de apresentação são mostrados abaixo. Os valores são brutos e não descontados e incluem juros e pagamentos contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora												
Passivos	31/12/2025						31/12/2024					
	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	(114.612)	(114.612)	(114.612)	-	-	-	(63.295)	(63.293)	(63.293)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(617.512)	(773.385)	(319.348)	(164.864)	(148.997)	(140.176)	(672.700)	(887.213)	(265.100)	(287.822)	(125.778)	(208.513)
Passivo com arrendamentos	(30.073)	(57.155)	(5.964)	(5.964)	(5.964)	(39.263)	(60.512)	(62.968)	(6.253)	(20.366)	(19.985)	(16.364)
Contas a pagar - aquisição de controladas	(44.696)	(67.717)	(20.132)	(18.667)	(16.007)	(12.911)	(74.001)	(85.125)	(48.008)	(6.082)	(5.673)	(25.362)
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada	(148.718)	(224.871)	-	-	-	(224.871)	(131.356)	(230.078)	-	-	-	(230.078)
Outras contas a pagar	(2.848)	(2.848)	(2.848)	-	-	-	(8.851)	(8.851)	(8.851)	-	-	-
Total	(958.459)	(1.240.588)	(462.904)	(189.495)	(170.968)	(417.221)	(1.010.715)	(1.337.528)	(391.505)	(314.270)	(151.436)	(480.317)

Consolidado												
Passivos	31/12/2025						31/12/2024					
	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	(184.590)	(184.590)	(184.590)	-	-	-	(148.731)	(148.730)	(148.730)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(913.627)	(1.153.242)	(313.046)	(366.160)	(259.893)	(214.143)	(1.064.277)	(1.415.991)	(419.260)	(410.776)	(228.797)	(357.158)
Passivo com arrendamentos	(49.849)	(75.453)	(12.729)	(12.602)	(10.859)	(39.263)	(80.642)	(83.912)	(8.899)	(27.131)	(26.623)	(21.259)
Contas a pagar - aquisição de controladas	(44.696)	(67.717)	(20.132)	(18.667)	(16.007)	(12.911)	(74.001)	(85.125)	(48.008)	(6.082)	(5.673)	(25.362)
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada	(148.718)	(224.871)	-	-	-	(224.871)	(131.356)	(230.078)	-	-	-	(230.078)
Outras contas a pagar	(3.360)	(3.360)	(3.360)	-	-	-	(5.752)	(5.752)	(5.752)	-	-	-
Total	(1.344.840)	(1.709.233)	(533.857)	(397.429)	(286.759)	(491.188)	(1.504.759)	(1.969.588)	(630.649)	(443.989)	(261.093)	(633.857)

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas tem como objetivo manter uma base de capital sólida, de forma a conservar a confiança de investidores, credores e do mercado e sustentar o desenvolvimento futuro da operação comercial. A Administração monitora o retorno sobre o capital, bem como o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adaptando às condições econômicas atuais. Para manter uma estrutura ajustada, a Companhia e suas controladas podem pagar dividendos, contrair novos empréstimos e emitir debêntures.

A Companhia e suas controladas monitoram sua capitalização com base na sua dívida líquida/patrimônio líquido, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa. Esse é um indicador importante que mostra até que ponto uma Companhia está usando dívidas para financiar suas operações e investimentos.

A estrutura da dívida líquida da Companhia e suas controladas é a seguinte: empréstimos, financiamentos e debêntures e passivo de arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	617.512	672.700	913.627	1.064.277
Passivo de arrendamentos	30.073	61.187	49.849	81.543
Contas a pagar - aquisição de controladas	44.696	74.001	44.696	74.001
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada	148.718	131.356	148.718	131.356
(-) Caixa e equivalência de caixa	<u>(79.483)</u>	<u>(171.213)</u>	<u>(91.722)</u>	<u>(178.039)</u>
Dívida líquida	<u>761.516</u>	<u>768.031</u>	<u>1.065.168</u>	<u>1.173.138</u>
Patrimônio líquido	973.738	836.442	973.738	836.442
Índice	0,78%	0,83%	1,09%	1,31%

A estratégia de gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas incluem manter o índice de dívida líquida/patrimônio líquido igual ou inferior a 1,5, visando garantir que ela possa cumprir suas obrigações financeiras e, ao mesmo tempo, obter eficiência no seu custo de financiamento.

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são apresentados a seguir, identificados de acordo com suas classificações:

Controladora				
31/12/2025		31/12/2024		
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	79.483	79.483	171.213	171.213
Contas a receber	183.612	183.612	126.571	126.571
Mútuos com partes relacionadas	33.224	33.224	45.938	45.938
Outros créditos	2.875	2.875	7.250	7.250
Total	299.194	299.194	350.972	350.972
Controladora				
31/12/2025		31/12/2024		
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Passivos				
Fornecedores	114.612	114.612	63.295	63.295
Empréstimos e financiamentos	617.512	617.512	672.700	672.700
Contas a pagar - aquisição de controladas	44.696	44.696	74.001	74.001
Contas a pagar - aquisição de controladas - opção de compra	148.718	148.718	131.356	131.356
Débitos com partes relacionadas	4.049	4.049	220	220
Outras contas a pagar	2.848	2.848	8.851	8.851
Total	932.435	932.435	950.423	950.423

Consolidado				
31/12/2025		31/12/2024		
Ativos	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	91.722	91.722	178.039	178.039
Contas a receber	278.451	278.451	294.279	294.279
Mútuos com partes relacionadas	2.500	2.500	3.750	3.750
Outros créditos	11.657	11.657	48.055	48.055
Total	384.330	384.330	524.123	524.123

Consolidado				
31/12/2025		31/12/2024		
Passivos	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Fornecedores	184.590	184.590	148.731	148.731
Empréstimos e financiamentos	913.627	913.627	1.064.277	1.064.277
Contas a pagar - aquisição de controladas	44.696	44.696	74.001	74.001
Contas a pagar - aquisição de controladas - opção de compra	148.718	148.718	131.356	131.356
Outras contas a pagar	3.360	3.360	5.754	5.754
Total	1.294.991	1.294.991	1.424.119	1.424.119

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. As premissas são utilizadas para mensurar o valor justo de um instrumento financeiro e podem ser classificadas em três níveis hierárquicos:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – Entradas que não sejam preços cotados para instrumentos similares em mercados ativos que sejam instrumentos semelhantes; e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A opção de compra na aquisição de controlada é classificada como Nível 3.

Apresentamos abaixo o valor contábil e os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

				Controladora			
				Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	Nível 1	79.483	171.213	79.483	171.213
Contas a receber	7	Custo amortizado	Nível 2	183.612	126.571	183.612	126.571
Mútuos com partes relacionadas	22.a	Custo amortizado	Nível 2	33.224	45.938	33.224	45.938
Demais ativos circulante e não circulante	10	Custo amortizado	Nível 2	2.875	7.250	14.157	7.250
Passivos financeiros							
Fornecedores	17	Custo amortizado	Nível 2	114.612	63.295	114.612	63.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	Custo amortizado	Nível 2	617.512	672.700	617.512	672.700
Passivo com arrendamentos	19	Custo amortizado	Nível 2	30.073	61.187	30.073	61.187
Contas a pagar de combinação de negócios	21	Custo amortizado	Nível 2	44.696	74.001	44.696	74.001
Opção de compra na aquisição de subsidiária	21	Custo amortizado	Nível 2	148.718	131.356	148.718	131.356
Débitos com partes relacionadas	22.a	Custo amortizado	Nível 2	4.049	220	4.049	220
Outras obrigações circulantes e não circulantes		Custo amortizado	Nível 2	2.848	8.851	2.848	8.851

			Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
	Classificação por Nota categoria	Hierarquia do valor justo	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	6 Custo amortizado	Nível 1	91.722	178.039	91.722	178.039
Contas a receber	7 Custo amortizado	Nível 2	278.451	294.279	278.451	294.279
Mútuos com partes relacionadas	22.a Custo amortizado	Nível 2	3.750	3.750	3.750	3.750
Demais ativos circulante e não circulante	10 Custo amortizado	Nível 2	10.407	48.055	10.407	48.055
Passivos financeiros						
Fornecedores	17 Custo amortizado	Nível 2	184.590	148.731	184.590	148.731
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18 Custo amortizado	Nível 2	913.627	1.064.277	913.627	1.064.277
Passivo com arrendamentos	19 Custo amortizado	Nível 2	49.849	81.543	49.849	81.543
Contas a pagar - aquisição de controladas	21 Custo amortizado	Nível 2	44.696	74.001	44.696	74.001
Contas a pagar - aquisição de controladas - opção de compra	21 Custo amortizado	Nível 2	148.718	131.356	148.718	131.356
Outras contas a pagar	20 Custo amortizado	Nível 2	3.360	5.754	3.360	5.754

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

- (i) os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros passivos circulantes e outros recebíveis circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e
- (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado com base nas taxas acordadas com as instituições financeiras, considerando as taxas acordadas entre as partes, incluindo informações de mercado que permitam esse cálculo;
- (iii) os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a acionistas vendedores, outros recebíveis não circulantes e outros passivos não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais.

Como parte do acordo de compra e venda com os acionistas da participação acionária remanescente do Grupo Katayama e Vitagem (Nota 21), uma opção de venda sobre os 40% e 10%, respectivamente, da participação acionária foi acordada.

A opção de venda é mensurada considerando uma metodologia acordada no contrato, baseada na dívida líquida futura (definida como empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) e na receita esperada para o respectivo exercício anterior no qual a opção será exercida.

As principais premissas significativas não observáveis utilizadas na determinação do valor da opção de venda incluem: (i) a receita estimada e (ii) o período de exercício. A Companhia e suas controladas projetam a receita com base nos resultados reais, ajustados pela inflação (o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), de acordo com a principal bolsa de valores (“B3”).

Um aumento (redução) de 1% na taxa do IPCA (4,26%) resultaria em um aumento (redução) no valor da opção de venda de R\$ 4.017 (Em 2024 – R\$ 9.031). A Companhia e suas controladas consideram que a opção de venda será exercida em 2028, o exercício anterior ao final do período de exercício da opção de venda. Uma mudança no período de exercício – de 2028 para 2025 – resultaria em uma redução no valor da opção de venda de R\$ 24.655 (Em 2024 – R\$ 44.311).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	18	2	18	2
Disponibilidades em moeda estrangeira	606	11.702	3.774	11.702
Bancos conta correntes	394	882	511	1.321
Aplicações financeiras (*)	78.465	158.627	87.419	165.014
Total	79.483	171.213	91.722	178.039

- (*) Investimentos de curto prazo com vencimento de três meses ou menos em certificados de depósito interbancário (“CDI”). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controladora e Consolidado possui uma taxa média está entre 101% e 103% do CDI (entre 102% e 103% do CDI durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Esses valores estão disponíveis para uso imediato e têm risco insignificante de mudanças no valor.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	175.631	107.844	264.668	270.586
Clientes estrangeiros	7.981	20.266	14.423	28.714
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.539)	(640)	(5.021)
Total	183.612	126.571	278.451	294.279

As contas a receber por vencimento são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	179.260	118.604	274.099	273.627
Vencidos até 30 dias	1.079	2.246	1.079	4.040
Vencidos até 60 dias	-	1.544	-	2.501
Vencidos acima de 61 dias	3.273	4.177	3.273	14.111
Total	183.612	126.571	278.451	294.279

Mudanças nas perdas de crédito esperadas de contas a receber:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2023	<u>(3.330)</u>	<u>(5.163)</u>
(-) Constituição	-	(1.649)
(+) Reversão (i)	1.791	1.791
31 de dezembro de 2024	<u>(1.539)</u>	<u>(5.021)</u>
(-) Constituição	(9.129)	(14.475)
(+) Reversão (i)	10.668	18.856
31 de dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>(640)</u>

- (i) Refere-se à baixa efetiva de saldos que foram previamente reconhecidos como perdas de crédito esperadas.

Garantias

A Companhia e suas controladas não têm saldos de contas a receber de clientes dados como garantia em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produto acabado	12.982	5.266	14.711	9.071
Estoque de matéria-prima	50.074	30.730	87.666	90.944
Suprimentos	7.822	7.045	12.690	19.936
Total	<u>70.878</u>	<u>43.041</u>	<u>115.067</u>	<u>119.951</u>

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar	32.716	13.188	67.111	66.991
PIS e COFINS a recuperar	28.153	12.146	51.240	31.526
IRRF a recuperar	9.103	14.038	9.103	14.636
Total ativo circulante	<u>69.972</u>	<u>39.372</u>	<u>127.454</u>	<u>113.153</u>
ICMS a recuperar	19.244	13.493	46.944	39.901
Total ativo não circulante	<u>19.244</u>	<u>13.493</u>	<u>46.944</u>	<u>39.901</u>

ICMS: Refere-se ao excedente de créditos derivados de compras de matérias-primas, embalagens e outros materiais sobre os encargos tributários devidos nas vendas domésticas, uma vez que as exportações são isentas. Como esses créditos não expiram, a Companhia e suas controladas esperam recuperar o valor total do crédito fiscal. O plano de negócios da Companhia inclui o aumento das vendas internas de produtos que possam consumir esse valor de ICMS recuperável, bem como a conversão desses créditos em deduções nas contas de consumo e sua transferência para as indústrias em troca do imobilizado.

PIS/COFINS: Créditos não cumulativos originados pelas operações de compra de insumos produtivos como: matérias-primas, materiais de embalagem e secundários. Os créditos são objetos de pedidos de restituições junto às autoridades fiscais, além de serem utilizados na compensação de tributos gerados nas operações da Companhia e suas controladas com previsão de utilização total do saldo credor.

IRRF: imposto de renda retido na fonte cobrado sobre investimentos de curto prazo. Esses créditos fiscais não expiram e podem ser utilizados para deduzir o IRPJ devido na apuração de lucro dos meses subsequentes.

10 Outros créditos e Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores - Partes relacionadas (nota 22.b)	72.900	-	72.900	-
Adiantamento a fornecedores - Terceiros	23.838	5.778	42.107	32.976
Mútuo com sócio não controladores da Katayama (nota 22.(b))	-	-	2.500	3.750
Adiantamentos de férias e 13º salário	119	106	291	272
Adiantamentos de viagens	392	162	495	401
Título de capitalização	-	-	6.050	7.050
Contas a receber - venda de terrenos	410	-	410	1.000
Consórcios (b)	403	336	2.192	3.516
Deposito judiciais	-	124	59	1.937
Outros créditos diversos (a)	1.551	744	2.160	903
	99.613	7.250	129.164	51.805
Ativo circulante	98.920	6.709	117.937	37.284
Ativo não circulante	693	541	11.227	14.521

(a) Compostos essencialmente por prêmios de seguros a apropriar.

(b) Valores referente a consórcios não contemplados.

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social corrente - alíquota efetiva do imposto

Os valores do imposto de renda (“IRPJ”) e da contribuição social (“CSLL”), reconciliados com as alíquotas nominais, registrados nas demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes da tributação	278.490	236.897	349.520	298.878
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(94.687)	(80.545)	(118.837)	(101.619)
Equivalência patrimonial	42.165	57.381	-	-
Juros sobre capital próprio	25.883	14.796	29.025	24.648
Baixa (reversão) de contas a receber	(3.104)	26	(4.922)	1.707
Despesas não dedutíveis - Aeronave (*)	(1.535)	(960)	(1.817)	(1.015)
Variação cambial	(1.366)	1.940	(1.986)	2.554
Outras diferenças	(6.002)	943	(11.139)	5.326
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(38.646)	(6.419)	(109.676)	(68.399)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.174)	(6.418)	(60.982)	(8.840)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.472)	-	(48.694)	(59.559)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(38.646)	(6.418)	(109.676)	(68.399)
Alíquota efetiva	13,88%	2,71%	31,38%	22,89%

(*) Refere-se a despesas com combustível, manutenção e taxas de pilotagem. A respectiva despesa não é considerada dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

b. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social da Controladora e Consolidado têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo ativo biológico	(62.647)	(44.482)	(83.996)	(91.140)
Ganho na compra vantajosa	(19.623)	(13.674)	(19.623)	(13.672)
Ajuste a valor presente – Aquisições	3.816	5.825	3.816	5.825
Variação depreciação acelerada e depreciação societária	(38.308)	(7.438)	(86.787)	(48.251)
Provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas	2.268	475	3.394	3.759
ICMS a recuperar - provisão de desconto	-	-	3.142	3.142
Valor presente da opção de compra na aquisição de controlada	5.445	-	5.445	-
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	28.200	35.374	64.481
Amortização (depreciação) mais valia	9.204	-	9.817	4.377
Provisão PECLD	-	(523)	(414)	(1.660)
Provisão Devoluções	(396)	(289)	(476)	(572)
Provisão Operacional	(457)	(136)	(721)	(268)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos líquido	(100.698)	(32.042)	(131.029)	(73.979)
Ativo diferido	-	-	4.138	3.321
Passivo diferido	(100.698)	(32.042)	(135.167)	(77.300)

O imposto de renda diferido e a contribuição social diferidas ativos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para utilizar as diferenças temporárias. Esses ativos são determinados com base nas diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social da Controladora e Consolidado no período:

Controladora

	2025	Demonstração de resultados	Incorporação de investidas	2024
Valor Justo ativo biológico	(62.647)	31.078	(49.243)	(44.482)
Ganho na compra vantajosa	(19.623)	(5.949)	-	(13.674)
Ajuste a valor presente - Aquisições	3.816	(2.009)	-	5.825
Variação depreciação acelerada e depreciação societária	(38.308)	(21.975)	(8.895)	(7.438)
Provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas	2.268	(228)	1.565	475
Valor justo da opção de compra na aquisição de controlada	5.445	5.445	-	-
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	(28.200)	-	28.200
Amortização (depreciação) mais valia	9.204	-	9.204	-
Provisão PECLD	-	523	-	(523)
Provisão Devoluções	(396)	(11)	(96)	(289)
Provisão Operacional	(457)	(304)	(17)	(136)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	(100.698)	(21.174)	(47.482)	(32.042)

Granja Faria S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

	2024	Demonstração de resultados	Incorporação de investidas	2023
Ajuste AVJ Biológico	(44.482)	(5.288)	(44.502)	5.308
Compra vantajosa BL	(13.333)	-	-	(13.333)
Compra vantajosa Vitagem	(341)	(341)	-	-
AVP Aquisições	5.825	241	-	5.584
Variação Depr. Taxa Societária	(1.928)	(746)	(1.182)	-
Constituição de Contingência	475	(2.951)	2.389	1.037
Valor justo da opção de compra na aquisição de controlada	-	(3.902)	-	3.902
Depreciação acelerada imobilizado	(5.510)	9.009	(14.519)	-
Base Negativa (Fiscal) (*)	28.200	(1.492)	-	29.692
Provisão PECLD	(523)	(523)	-	-
Provisão Devoluções	(289)	(289)	-	-
Provisão Operacional	(136)	(136)	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.042)	(6.418)	(57.814)	32.190

Consolidado

	2025	Demonstração de resultados	Combinação de negócios (Nota 20)	2024
Prejuízo Fiscal e base negativa	35.374	(38.990)	9.883	64.481
Provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas	3.394	(365)	-	3.759
Ajuste a valor presente - Aquisições	3.816	(2.009)	-	5.825
Variação depreciação acelerada e depreciação societária	(86.787)	(38.536)	-	(48.251)
ICMS a recuperar - provisão de desconto	3.142	-	-	3.142
Valor justo da opção de compra na aquisição de controlada	5.445	5.445	-	-
Ganho na compra vantajosa	(19.623)	-	-	(13.672)
Valor Justo ativo biológico	(83.996)	7.144	(1.123)	(91.140)
Amortização (depreciação) mais valia	9.817	5.440	-	4.377
Provisão PECLD	(414)	1.246	(183)	(1.660)
Provisão Devoluções	(476)	96	-	(572)
Provisão Operacional	(721)	(453)	-	(268)
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	(131.029)	(60.982)	8.577	(73.979)

	2024	Demonstração de resultados	Combinação de negócios (Nota 20)	2023
Prejuízo Fiscal e base negativa	64.481	(2.825)	-	67.306
Provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas	3.759	(3.148)	320	6.587
Ajuste a valor presente	5.825	1.691	-	4.134
Depreciação Acelerada Passiva	(48.251)	5.233	-	(53.484)
ICMS a recuperar - provisão de desconto	3.142	(1)	-	3.143
Valor justo da opção de compra na aquisição de controlada	-	(3.902)	-	3.902
Ganho na compra vantajosa	(13.673)	(341)	-	(13.332)
Valor Justo ativo biológico	(91.140)	(7.425)	(2.702)	(81.013)
Amortização (depreciação) mais valia	4.378	4.378	-	-
Provisão PECLD	(1.660)	(1.660)	-	-
Provisão Devoluções	(572)	(572)	-	-
Provisão Operacional	(268)	(268)	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	(73.979)	(8.840)	(2.382)	(62.757)

Ao avaliar a capacidade de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos, são consideradas projeções de lucros tributáveis futuros e movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para utilização de saldos de prejuízos fiscais e base negativa, nem limitação anual para sua utilização, de acordo com a legislação brasileira vigente aplicável a entidades envolvidas em atividades agrícolas, ou seja, para a atividade agrícola é possível compensar 100% do lucro tributável apurado.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que forem liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização dessas diferenças é impreciso e está ligado a vários fatores que não estão sob o controle da Companhia e suas controladas.

Ao estimar a realização dos créditos tributários diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia e suas controladas considera seu orçamento e plano estratégico, ajustados com base em estimativas das principais adições e exclusões tributárias. Com base nessa estimativa, a Companhia e suas controladas acreditam que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados.

12 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados por aves, categorizadas em aves de criação e aves de produção. As aves classificadas como de “produção” são aquelas prontas para iniciar o ciclo de produção, sendo responsáveis pela produção de ovos férteis e ovos comerciais para comercialização e/ou incubação. Até que atinjam a idade de produção, elas são classificadas como para “criação”.

O saldo de ativos biológicos da Companhia e suas controladas (galinhas e codornas) ao valor justo é assim demonstrado:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	Qte Aves	31/12/2024	Qte Aves	31/12/2025	Qte Aves	31/12/2024	Qte Aves
Aves para Produção-recria	54.660	2.466,7	39.563	954,4	76.146	4.011,2	71.027	3.334,9
Aves para Produção-em produção	<u>356.030</u>	<u>8.913,0</u>	<u>229.008</u>	<u>5.151,3</u>	<u>499.967</u>	<u>15.036,6</u>	<u>476.925</u>	<u>14.394,9</u>
Ativo biológico total	<u>410.690</u>	<u>11.379,7</u>	<u>268.571</u>	<u>6.105,7</u>	<u>576.113</u>	<u>19.047,8</u>	<u>547.952</u>	<u>17.729,8</u>

Premissas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: quantidade de aves por lotes, taxa de mortalidade, vida útil produtiva das aves, volume de produtividade, preço de venda, taxa de desconto, custos de produção até o fim da vida útil, despesas de vendas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) a metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das aves, levando-se em consideração as variações de produção, mortalidade, preço e custos de produção;
- (ii) a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde à taxa de desconto hipotética que os participantes do mercado aplicariam ao precificar esses ativos biológicos;

- (iii) o preço de venda dos ovos é definido com base em estimativas estabelecidas pela Administração para o orçamento anual, considerando o preço médio de venda histórico no período subsequente à data-base do fluxo de caixa projetado, bem como conjunto com variáveis econômicas de curto e médio prazo (como, por exemplo, inflação, taxa de juros, câmbio);
- (iv) os volumes de produtividade projetados das aves são definidos com base em produtividade histórica, aspectos sazonais de clima e época do ano, reduzido mensalmente pelo percentual de mortalidade histórico para adequação dos volumes de cada lote ao longo da produção;
 - Quantidade de aves: Identificação do volume por lote de aves e por Companhia na data-base.
 - Quantidade de caixas com 360 ovos de galinha e com 600 ovos de codorna para ovos comerciais e unidades de ovos férteis.
- (v) Os gastos que ocorrem nas 18 primeiras semanas referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos para o segmento de ovos comerciais, e nos primeiros 6 meses para o segmento de ovos férteis, classificados como “Recria”. Depois desse período e até o fim da vida útil, os gastos são os custos de produção, tais como com rações, medicamentos, fretes (entre outros);
- (vi) Para os custos operacionais no período de produção são considerados custos com ração, mão-de-obra, manutenções, vacinas e medicamentos, fretes, dentre outros, projetados pela Administração conforme bases históricas e projeções previstas em orçamento;
- (vii) a produção é iniciada no fim da fase de recria, e é definido como sendo de 24 meses o prazo total de vida útil de produção das aves para o segmento de ovos comerciais, e 12 meses para o segmento de ovos férteis;
- (viii) a Companhia e suas controladas efetuam a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações anuais.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos enquadra-se no Nível 3 da hierarquia de mensuração devido aos preços complexos de mercado, modelos matemáticos e premissas subjetivas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado. Esses são ativos com dados não observáveis, como preço por ovo, taxa de desconto, número de aves, volume de produção por ave e custos de produção. O valor justo dos animais vivos pode mudar devido ao aumento ou à redução dos custos de ração, como segue:

<u>Aves que produzem ovos férteis</u>			
	31/12/2025	31/12/2024	Impacto no valor justo
Quantidade de aves em produção	1.031,8	761,6	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Volume de ovos produzidos por ave diariamente	0,52	0,52	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Período da projeção	1 a 12 meses	1 a 12 meses	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Preço médio por ovo	2,54 a 2,72	1,64 a 2,81	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto	11,09%	9,57%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo

Aves que produzem ovos comerciais			
	31/12/2025	31/12/2024	Impacto no valor justo
Quantidade de aves em produção	14.004,75	13.633,30	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Volume de ovos/dias	0,8	0,8	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Período da projeção	1 a 24 meses galinhas (12 meses codorna)	1 a 24 meses galinhas (12 meses codorna)	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Preço médio por caixa com 360 comerciais de galinhas e 600 ovos de codornas	116,59 (600 ovos), 127,71 a 170,65 (360 ovos) e 227,19 (*) ovos especiais	101,84 (600 ovos), 144,00 a 181,00 (360 ovos) e 209,58 (*) ovos especiais	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto	11,09%	9,57%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo

(*) Ovos produzidos por galinha criadas soltas.

A movimentação dos ativos biológicos durante os exercícios está apresentada a seguir:

Controladora			
	Custo de formação do ativo biológico	Ajuste a valor justo de ativo biológico	Total
Em 31 de dezembro de 2023	64.812	(15.611)	49.201
(+) Incorporação de subsidiárias	75.970	130.887	206.857
(+) Adições	97.033	-	97.033
(-) Baixas	(7.617)	-	(7.617)
(-) Amortização	(92.455)	-	(92.455)
(+/-) Valor justo do ativo biológico	-	15.552	15.552
Em 31 de dezembro de 2024	137.743	130.828	268.571
(+) Incorporação de subsidiárias	58.418	129.173	187.591
(+) Adições	209.466	-	209.466
(-) Baixas	(16.200)	-	(16.200)
(-) Amortização	(162.993)	-	(162.993)
(+/-) Valor justo do ativo biológico	-	(75.745)	(75.745)
Em 31 de dezembro de 2025	226.434	184.256	410.690

Consolidado			
	Custo de formação do ativo biológico	Ajuste a valor justo de ativo biológico	Total
Em 31 de dezembro de 2023	254.133	238.273	492.406
(+) Aquisição de subsidiária	4.762	7.947	12.709
(+) Adições	252.705	-	252.705
(-) Baixas	(17.607)	-	(17.607)
(-) Amortização	(214.345)	-	(214.345)
(+/-) Valor justo do ativo biológico	-	22.084	22.084
Em 31 de dezembro de 2024	279.648	268.304	547.952
(+) aquisição de subsidiária	7.068	3.304	10.372
(+) Adições	335.831	-	335.831
(-) Baixas	(39.432)	-	(39.432)
(-) Amortização	(254.296)	-	(254.296)
(+/-) Valor justo do ativo biológico	-	(24.314)	(24.314)
Em 31 de dezembro de 2025	328.819	247.294	576.113

A amortização dos ativos biológicos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi alocada ao custo de produção. Essa alocação ocorreu depois que esses ativos foram contabilizados nos estoques por meio da produção de ovos férteis e ovos comerciais, e seu uso subsequente no processo de produção ou venda a terceiros.

Premissas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos

De acordo com a hierarquia da CPC 46 /IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, a mensuração dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo. Dentre as premissas consideradas no cálculo destacam-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia e suas controladas estão alocadas. A taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e os níveis de inflação. Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

O preço médio ponderado utilizado na avaliação dos ativos em 31 de dezembro de 2025 foi equivalente a R\$ 157,08 por caixa com 360 ovos comerciais, R\$ 116,59 por caixa com 600 ovos de codorna e R\$ 2,59 por ovo fértil (R\$ 159,11 por caixa de ovos comerciais, R\$ 101,84 por caixa com 600 ovos de codorna e R\$ 1,95 por ovo fértil em 31 de dezembro de 2024).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos acarretariam queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas utilizaram o custo médio de capital ponderado de 11,09% em moeda constante (9,57% em 31 de dezembro de 2024).

13 Investimentos em controladas

	Marutani	Stragliotto	Josidith	ASA	ASA Premium	Iana	Avimor	Alexaves	Grupo BL	Grupo Katayama	Vitagema	Tamago	Totais
Saldos em 01/01/2024	73.028	53.197	124.287	169.243	-	163.976	41.909	26.656	320.197	164.086	-	-	1.136.579
(+) Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.419	-	40.419
(+) Aumento de capital	-	-	9.530	-	-	1.470	-	-	13.650	-	2.569	-	27.219
(-) Juros sobre capital próprio pagos	(1.147)	(794)	(4.818)	(3.260)	-	(5.323)	(397)	(1.160)	(12.125)	-	-	-	(29.024)
(-) Distribuição de dividendos	(8.300)	(6.650)	(22.700)	(17.150)	-	(47.200)	(1.000)	(2.600)	(16.000)	-	-	-	(121.600)
(+/-) Ganho/ Perda de equivalência patrimonial	13.065	25.084	19.141	9.852	-	26.282	13.937	3.566	10.641	30.347	16.854	-	168.769
Investidas incorporadas em 2024	(76.646)	(70.837)	-	-	-	(135.033)	(54.449)	(26.462)	-	-	-	-	(363.427)
Saldos em 31/12/2024	-	-	125.440	158.685	-	4.172	-	-	316.363	194.433	59.842	-	858.935
(+) Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.931	55.931
(+) Aumento de capital	-	-	-	-	16	60	-	-	17.000	-	-	54.000	71.076
(-) Juros sobre capital próprio pagos	-	-	(2.143)	(2.164)	-	-	-	-	(4.930)	-	-	-	(9.237)
(-) Distribuição de dividendos	-	-	(13.000)	(4.600)	-	-	-	-	(44.000)	-	-	-	(61.600)
(+/-) Ganho/ Perda de equivalência patrimonial	-	-	31.509	57.195	(22)	(58)	-	-	16.028	22.052	8.718	(11.407)	124.015
Transferência de investimento (*)	-	-	-	(2.109)	2.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Investidas incorporadas em 2025	-	-	(141.806)	(207.007)	-	-	-	-	-	-	-	-	(348.813)
Saldos em 31/12/2025	-	-	-	-	2.103	4.174	-	-	300.461	216.485	68.560	98.524	690.307

(*) O Investimento junto à ASA Premium era reconhecido no Aviário Santo Antônio (ASA) que foi incorporado no terceiro trimestre na controladora, o investimento junto à ASA Premium será reconhecido de forma segregada até a realização da sua incorporação.

Granja Faria S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024

As informações financeiras das investidas estão apresentadas abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025:

	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controlada							
ASA Premium	100	81.386	188.082	28.381	77.939	163.148	57.012
Produtora de Ovos Josidith Ltda	100	65.979	155.797	35.415	54.605	131.756	31.670
IANA Adubos	100	2.471	2.029	283	43	4.174	(58)
Grupo BL	100	63.400	291.627	30.765	23.801	300.461	16.028
Grupo Katayama	100	102.142	493.053	93.664	285.046	216.485	22.052
Vitagema	100	31.524	90.043	12.416	40.591	68.560	8.718
Tamago	100	27.887	91.903	17.125	4.141	98.524	(11.407)
Investidas incorporadas em 2025		(147.284)	(341.856)	(63.795)	(132.544)	(292.801)	-
		227.505	970.678	154.254	353.622	690.307	124.015

Em 31 de dezembro de 2024:

	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controlada							
Marutani Alimentos Ltda	100	25.173	79.489	16.061	11.923	76.678	13.065
Granja Stragliotto Eireli	100	26.928	72.682	11.987	16.786	70.837	25.084
Produtora de Ovos Josidith Ltda	100	88.422	118.851	30.117	51.716	125.440	19.141
Aviário Santo Antônio Ltda	100	78.339	169.100	21.864	66.891	158.684	9.852
Grupo Iana	100	70.809	219.672	54.273	67.821	168.387	26.282
Avimor Agroavícola Moresco Ltda	100	15.191	56.147	5.849	11.040	54.449	13.937
Granja Alexaves Ltda	100	7.739	25.164	3.665	2.780	26.458	3.566
Grupo BL	100	71.805	296.770	24.386	27.825	316.364	10.641
Grupo Katayama	100	94.125	497.363	125.964	271.091	194.433	30.347
Vitagema	100	24.596	84.378	13.795	35.337	59.842	16.854
Investidas incorporadas em 2024		(143.124)	(451.182)	(91.332)	(110.337)	(392.637)	-
		360.003	1.168.434	216.629	452.873	858.935	168.769

Durante exercício de 2024 foram incorporadas as controladas Marutani, Granja Stragliotto, Grupo Iana, Avimor e Granja Alexaves e em 2025 foi incorporada a controlada Josidith e do Aviário Santo Antônio - ASA, e ocorreu a aquisição da controlada Tamago, conforme mencionado em Nota Explicativa Nº 4.1 (a) e Nº 20.1 respectivamente.

14 Imobilizado

a. Posição patrimonial da controladora

		31/12/2025		31/12/2024	
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Veículos	5 – 15	88.381	(42.522)	45.859	28.635
Edificações / Galpão	25 - 60	233.806	(75.306)	158.500	87.081
Móveis e utensílios	10	8.123	(2.999)	5.124	2.156
Máquinas e equipamentos	10 - 30	224.220	(108.795)	115.425	72.151
Terrenos	-	20.209	-	20.209	8.815
Instalações	10	59.989	(25.296)	34.693	26.162
Em andamento	-	-	-	-	1.302
(=) Imobilizado líquido		634.728	(254.918)	379.810	226.302

		31/12/2024		31/12/2023	
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Veículos	5 – 15	54.487	(25.852)	28.635	29.579
Edificações / Galpão	25 - 60	130.705	(43.624)	87.081	9.328
Móveis e utensílios	10	3.383	(1.227)	2.156	885
Máquinas e equipamentos	10 - 30	133.837	(61.686)	72.151	22.525
Terrenos	-	8.815	-	8.815	62
Instalações	10	34.388	(8.226)	26.162	3.242
Em andamento	-	1.302	-	1.302	-
(=) Imobilizado Líquido		366.917	(140.615)	226.302	65.621

b. Movimentação do custo:

	31/12/2024	Adições	Adições por incorporação*	(-) Baixas	Transferências	31/12/2025
Veículos	54.487	43.005	25.256	(34.367)	-	88.381
Edificações / Galpão	130.705	4.884	96.661	-	1.556	233.806
Móveis e utensílios	3.383	2.380	2.363	(3)	-	8.123
Máquinas e equipamentos	133.837	21.879	75.827	(7.323)	-	224.220
Terrenos	8.815	1.000	10.394	-	-	20.209
Instalações	34.388	43	25.558	-	-	59.989
Em andamento	1.302	244	10	-	(1.556)	-
Total	366.917	73.435	236.069	(41.693)	-	634.728

	31/12/2023	Adições	Adições por incorporação (*)	(-) Baixas	31/12/2024
Veículos	38.500	37	15.950	-	54.487
Edificações / Galpão	13.356	2.845	114.504	-	130.705
Móveis e utensílios	1.433	172	1.778	-	3.383
Máquinas e equipamentos	32.302	439	101.512	(416)	133.837
Terrenos	62	2.569	8.753	(2.569)	8.815
Instalações	4.352	-	30.036	-	34.388
Em andamento	-	270	1.032	-	1.302
Total	90.005	6.332	273.565	(2.985)	366.917

(*) Adições referentes as empresas investidas incorporadas, conforme mencionado em nota explicativa N° 4.1.(a).

c. Movimentação da depreciação:

	(-) 31/12/2024	(-) Adições	(-) Adições por incorporação*	(+) Baixas	31/12/2025
Veículos	(25.852)	(4.011)	(20.320)	7.661	(42.522)
Edificações / Galpão	(43.624)	(6.845)	(24.837)	-	(75.306)
Móveis e utensílios	(1.227)	(464)	(1.308)	-	(2.999)
Máquinas e equipamentos	(61.686)	(11.633)	(39.029)	3.553	(108.795)
Instalações	(8.226)	(3.558)	(13.512)	-	(25.296)
Total	(140.615)	(26.511)	(99.006)	11.214	(254.918)

	(-) 31/12/2023	(-) Adições	(-) Adições por incorporação (*)	(+) Baixas	31/12/2024
Veículos	(8.921)	(2.980)	(13.951)	-	(25.852)
Edificações / Galpão	(4.028)	(2.537)	(37.059)	-	(43.624)
Móveis e utensílios	(548)	(188)	(491)	-	(1.227)
Máquinas e equipamentos	(9.777)	(5.389)	(46.718)	198	(61.686)
Instalações	(1.110)	(862)	(6.254)	-	(8.226)
Total	(24.384)	(11.956)	(104.473)	198	(140.615)

(*) Adições referentes as empresas investidas incorporadas, conforme mencionado em nota explicativa N° 4.1.(a).

d. Posição patrimonial consolidada

		31/12/2025			31/12/2024
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Veículos	5 – 15	127.577	(48.156)	79.421	74.510
Edificações / Galpão	25 - 60	485.722	(104.413)	381.309	305.364
Móveis e utensílios	10	10.471	(3.372)	7.099	3.999
Máquinas e equipamentos	10 - 30	458.445	(162.782)	295.663	254.423
Terrenos	-	79.742	-	79.742	70.556
Instalações	10	165.655	(49.314)	116.341	127.257
Em andamento	-	9.707	-	9.707	45.186
Total Imobilizado Líquido		1.337.319	(368.037)	969.282	881.295
		31/12/2024			31/12/2023
	Vida útil (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Veículos	5 – 15	137.330	(62.820)	74.510	81.652
Edificações / Galpão	25 - 60	395.860	(90.496)	305.364	300.987
Móveis e utensílios	10	6.637	(2.638)	3.999	3.224
Máquinas e equipamentos	10 - 30	389.349	(134.926)	254.423	269.602
Terrenos	-	70.556	-	70.556	68.135
Instalações	10	164.752	(37.495)	127.257	136.061
Em andamento	-	45.186	-	45.186	13.059
Total Imobilizado Líquido		1.209.670	(328.375)	881.295	872.720

Movimentação do custo:

	31/12/2024	Aquisições de controlada (*)	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	31/12/2025
Veículos	137.330	1.918	42.275	(53.946)	-	127.577
Edificações / Galpão	395.860	32.862	10.681	(50)	46.369	485.722
Móveis e utensílios	6.637	-	3.837	(3)	-	10.471
Máquinas e equipamentos	389.349	23.592	31.757	(7.359)	21.106	458.445
Terrenos	70.556	8.886	1.000	(700)	-	79.742
Instalações	164.752	-	823	-	80	165.655
Em andamento	45.186	-	32.076	-	(67.555)	9.707
Total	1.209.670	67.258	122.449	(62.058)	-	1.337.319
	31/12/2023	Aquisições de controlada (*)	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	31/12/2024
Veículos	134.009	1.816	1.505	-	-	137.330
Edificações / Galpão	375.107	11.014	7.326	(145)	2.558	395.860
Móveis e utensílios	5.331	24	1.286	(4)	-	6.637
Máquinas e equipamentos	365.666	14.747	9.089	(655)	502	389.349
Terrenos	68.135	-	2.569	(148)	-	70.556
Instalações	162.901	3	787	(2)	1.063	164.752
Em andamento	13.059	-	43.629	(7.379)	(4.123)	45.186
Total	1.124.208	27.604	66.191	(8.333)	-	1.209.670

(*) Em aquisições de controladas estão apresentados os ativos das empresas Vitagem adquirida em 11 de março de 2024 e a Tamago, adquirida em abril de 2025.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Movimentação de depreciação

	31/12/2024	(-) Adições	(+) Baixas	31/12/2025
Veículos	(62.820)	(8.484)	23.148	(48.156)
Edificações / Galpão	(90.496)	(13.967)	50	(104.413)
Móveis e utensílios	(2.638)	(734)	-	(3.372)
Máquinas e equipamentos	(134.926)	(31.566)	3.710	(162.782)
Instalações	(37.495)	(11.819)	-	(49.314)
Total	(328.375)	(66.570)	26.908	(368.037)

	31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2024
Veículos	(52.357)	(10.463)	-	(62.820)
Edificações / Galpão	(74.120)	(16.412)	36	(90.496)
(Móveis e utensílios	(2.107)	(531)	-	(2.638)
Máquinas e equipamentos	(96.064)	(39.100)	238	(134.926)
Instalações	(26.840)	(10.657)	2	(37.495)
Total	(251.488)	(77.163)	276	(328.375)

15 Intangível

a. Posição patrimonial da controladora

Controladora				
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Licença de uso de softwares	1.248	(438)	810	569
Marca	68	-	68	68
Relação com clientes	2.921	(2.921)	-	-
Força de Trabalho	1.654	(921)	733	476
Acordo de não concorrência	237	(212)	25	59
Goodwill	44.114	-	44.114	28.677
Total do ativo intangível	50.242	(4.492)	45.750	29.849

Controladora				
	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização acumulada	Intangível	Intangível líquido
Licença de uso de softwares	947	(378)	569	392
Marca	68	-	68	60
Relação com clientes	2.921	(2.921)	-	-
Força de Trabalho	1.172	(696)	476	-
Acordo de não concorrência	237	(178)	59	-
Goodwill	28.677	-	28.677	-
Total do ativo intangível	34.022	(4.173)	29.849	452

A seguir é demonstrada a movimentação do intangível da Controladora:

	Licença de uso de softwares	Força de Trabalho	Acordo de não concorrência	Ágio	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023	452	-	-	-	452
(+) adições por incorporação (*)	47	476	59	28.677	29.259
(+) Adições	433	-	-	-	433
(-) Amortizações	(295)	-	-	-	(295)
Em 31 de dezembro de 2024	637	476	59	28.677	29.849
(+) adições por incorporação (*)	136	482	-	15.437	16.055
(+) Adições	165	-	-	-	165
(-) Amortizações	(60)	(225)	(34)	-	(319)
Em 31 de dezembro de 2025	878	733	25	44.114	45.750

(*) Adições referentes as empresas investidas incorporadas, conforme mencionado em nota explicativa N° 4.1.(a).

b. Posição patrimonial do consolidado

Consolidado				
	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Intangível	Intangível líquido
Relação com clientes	7.888	(7.675)	213	394
Licença de uso de softwares	3.786	(1.297)	2.489	1.911
Acordo de não concorrência	1.820	(1.096)	724	1.075
Força de trabalho	2.978	(2.245)	733	1.109
Ágio	149.501	-	149.501	149.501
Total do ativo intangível	165.973	(12.313)	153.660	153.990

Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Relação com clientes	7.888	(7.494)	394	-
Licença de uso de softwares	2.820	(909)	1.911	889
Acordo de não concorrência	1.820	(745)	1.075	1.205
Força de Trabalho	2.978	(1.869)	1.109	1.389
Ágio	149.501	-	149.501	149.501
Total do ativo intangível	165.007	(11.017)	153.990	152.984

A seguir é demonstrada a movimentação do intangível do Consolidado:

	Relacionamento com clientes	Acordo de não competição	Força de trabalho	Ágio	Licença de uso de software	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	1.204	1.389	149.501	890	152.984
(+) Aquisições de controladas	558	225	-	-	-	783
(+) Adições	-	-	-	-	1.152	1.152
(-) Amortizações	(164)	(355)	(280)	-	(130)	(929)
Em 31 de dezembro de 2024	394	1.074	1.109	149.501	1.912	153.990
(+) Aquisições de controladas	-	246	-	-	-	246
(+) Adições	-	-	-	-	966	966
(-) Amortizações	(181)	(596)	(376)	-	(388)	(1.542)
Em 31 de dezembro de 2025	213	724	733	149.501	2.490	153.660

Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada uma de suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e o teste não resultou em perdas por redução ao valor recuperável no contexto dos seus negócios. A Companhia obteve preços de venda mais altos e reduziu os custos de insumos de ração em comparação com o exercício anterior. A metodologia aplicada para determinar o valor recuperável da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como *Discounted Cash Flow* (“DCF”). O conceito básico dessa metodologia envolve a determinação dos fluxos de caixa livres em um determinado período, com base no lucro (prejuízo) do exercício, mais a depreciação do imobilizado reconhecida nas demonstrações de resultados do exercício e a contabilização da necessidade de capital de giro adicional, determinada de acordo com o ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através de taxa que considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Um período de fluxo de caixa de cinco anos foi considerado com base nas projeções da Companhia, mais um valor residual calculado pela perpetuidade do saldo de caixa no quinto ano, descontado a valor presente.

Para o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), as UGCs foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna:

UGCs	Ágio	
	2025	2024
Produtora de Ovos Josidith Ltda	2.828	2.828
Marutani Alimentos Ltda	2.806	2.806
Granja Stragliotto Eireli	782	782
Aviário Santo Antônio Ltda	12.424	12.424
Grupo Iana	14.327	14.327
Avimor Agroavícola Moresco Ltda	10.762	10.762
Alexaves Ltda	184	184
Grupo Katayama	105.388	105.388
Total	149.501	149.501

Não foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável do ágio em nenhum grupo de UGC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso de todas as UGC são apresentadas abaixo:

- **Base das projeções:** baseado pelo orçamento elaborado pela Administração, considerando-se crescimento nominal anual de 5% baseado pela inflação e consumo de ovos.
- **Período das projeções:** Período de cinco anos.
- **Valor residual:** após o 5º ano, foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, assumindo que os investimentos são equivalentes a depreciação, considerando a premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) com crescimento pela inflação do último ano na perpetuidade (a uma taxa de 3,50%).
- **Desconto a valor presente:** Foi considerado o mid-year Convention (abordagem de meio do ano) para desconto a valor presente dos fluxos de caixa projetados. Um custo médio ponderado de capital (WACC) antes dos impostos de 9,63% a 11,63% (10,38% a 12,38% em 2024) foi utilizado.
- **Premissas macroeconômicas:** os valores foram projetados utilizando dados macroeconômicos divulgados pelo Banco Central (Bacen);
- **Tributação do resultado:** Foram projetados de acordo com a legislação brasileira para o regime de lucro real.

16 Ativo de direito de uso

Descrição	Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aeronaves	10%	-	59.674	17.388	79.526
Locações	10%	30.073	-	30.073	-
Veículos	20%	-	-	3.720	-
Total		30.073	59.674	51.181	79.526

A movimentação durante os exercícios está apresentada a seguir:

Controladora					
Descrição	31/12/2024	Aquisição (***)	Amortização	Baixa (**)	31/12/2025
Aeronaves	59.674	-	(2.207)	(57.467)	-
Locações	-	31.277	(1.204)	-	30.073
Total	59.674	31.277	(3.411)	(57.467)	30.073

Consolidado						
Descrição	31/12/2024	Aquisição (***)	Aquisições de controlada (*)	Amortização	Baixa (**)	31/12/2025
Aeronaves	79.526	-	-	(4.671)	(57.467)	17.388
Locações	-	31.277	-	(1.204)	-	30.073
Veículos	-	-	5.019	(1.299)	-	3.720
Total	79.526	31.277	5.019	(7.174)	(57.467)	51.181

(*) Em aquisições de controladas estão apresentados os arrendamentos da empresa Tamago adquirida em abril de 2025.

(**) Em abril de 2025, a Companhia celebrou com a empresa Pluma Agroavícola Ltda., instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes do contrato de arrendamento mercantil cujo valor original da transação foi de R\$ 60.511, com a cessão, a cessionária “Pluma” possui todos os direitos, vantagens e obrigações estabelecidas e ajustadas no contrato inicial.

(***) Referente a locação de incubadora e granja no estado de São Paulo constituído no terceiro trimestre de 2025 com vigência para os próximos 10 anos.

17 Fornecedores

Os saldos de fornecedores são compostos essencialmente por fornecedores de matérias-primas, insumos e prestadores de serviços operacionais. Conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	105.946	61.208	175.924	145.544
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas (NE 22(b))	8.666	2.087	8.666	3.187
Total	114.612	63.295	184.590	148.731

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Finame	Até set/2025	-	-	-	37
Custeio/Cédula de Produto Rural (CPR)	Até jan/2029	33.333	60.318	219.162	439.696
Debêntures	Até dez/2026	67.255	134.066	67.255	134.066
Capital de Giro	Até dez/2030	50.000	-	109.758	12.162
Certificado de direitos creditórios do Agronegócio	Até nov/2026	78.663	119.484	78.663	119.484
NCE	Até out/2029	388.261	358.832	438.789	358.832
Total		617.512	672.700	913.627	1.064.277
Total passivo circulante		244.309	188.533	309.719	289.639
Total passivo não circulante		373.203	484.167	603.908	774.638

- **Finame:** Financiamento, com juros de 4,0% a 8,5% a.a., destinado à aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para produção.
- **CPR:** Empréstimo bancário obtido com juros de 1,8% a 2,48% + CDI a.a.
- **Capital de Giro:** Captado com juros pré-fixados entre 6% e 9,18% a.a.
- **CDCA:** Certificado de direitos creditórios do agronegócio captados junto a instituição pela Companhia, com encargos financeiros correspondentes à taxa média do CDI, acrescido de 2,61% ao ano ou juros de 9,94% a.a..
- **Debêntures:** Emissão realizada pela Companhia no mês de dezembro de 2020, com juros de 2,48% + CDI.
- **NCE:** Empréstimo bancário obtido com juros pré-fixados entre 16% e 16,30% a.a. ou com juros pré-fixados entre 1,1% e 2% a.a + CDI.

A Companhia possui os seguintes *covenants* que serão exigidos ao final de cada exercício social:

- (Dívida líquida + M&As) / EBITDA, menor ou igual a 2,5x em 2023 e 2024, 2,25x em 2025 e 2026.
- Capital de giro líquido Consolidado de no mínimo R\$75 milhões de 2023 a 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão em conformidade com as cláusulas contratuais descritas acima.

Definições para *covenants*

“Dívida Líquida”: Dívida menos caixa e equivalentes de caixa;

- “Dívida”: a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, incluídos (i) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (ii) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (iii) arrendamento operacional / leasing financeiro, (iv) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, no Brasil ou fora dos mercados brasileiros, (v) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos; (vi) contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas; e (vii) dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não incorporadas.
- “M&As”: o valor representado pelo saldo a pagar na conta do passivo circulante ou não circulante referente às aquisições de empresas; e
- “EBITDA”: é o: (i) lucro do emissor antes de impostos, depreciação e amortização, despesas financeiras líquidas, outras receitas operacionais, resultados do método de equivalência patrimonial e participação minoritária; somado ao (ii) resultado do Fiador antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, e outras receitas (despesas) operacionais.
- “CDI”: significa a taxa de depósito interbancário brasileiro, que é uma média das taxas interbancárias overnight no Brasil.

Garantias

- Finame – Em 31 de dezembro de 2025, não existiam bens dados em garantia (31 de dezembro de 2024 o montante da garantia é de - R\$ 14.356).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o perfil do vencimento do não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Anos				
2026	-	221.667	-	306.572
2027	120.833	88.333	220.983	165.983
2028	120.833	88.333	184.583	159.583
2029	131.537	85.834	169.592	138.750
2030	-	-	26.250	1.250
2031	-	-	1.250	1.250
2032	-	-	1.250	1.250
Total	373.203	484.167	603.908	774.638

As movimentações dos saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	551.820	1.014.283
(+) Novos empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	220.000	230.000
(+) Captação por aquisição de investidas	-	601
(+) Captação por incorporação de investidas	57.336	-
(-) Pagamento de principal	(153.609)	(192.364)
(-) Pagamento de juros	(66.069)	(102.257)
(+) Juros provisionados	63.222	114.014
Em 31 de dezembro de 2024	672.700	1.064.277
(+) Novos empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	50.000	130.000
(+) Aquisição de investidas	-	11.887
(+) Incorporação de investidas	79.891	-
(-) Pagamento de principal	(177.584)	(272.953)
(-) Pagamento de juros	(98.231)	(158.035)
(+) Juros provisionados	90.736	138.451
Em 31 de dezembro de 2025	617.512	913.627

- (i) A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 5.1 (c).

19 Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aeronaves (*)	-	61.187	18.107	81.543
Aluguel (**)	30.073	-	30.073	-
Veículos (***)	-	-	1.669	-
Total	30.073	61.187	49.849	81.543
Total passivo circulante	5.964	6.047	14.410	8.599
Total passivo não circulante	24.109	55.140	35.439	72.944

- (*) O passivo registrado nesse grupo refere-se ao direito de uso de duas aeronaves adquiridas em outubro de 2024.

Obrigação com vencimento final em outubro de 2028, com encargos financeiros correspondentes a taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescido de 1,95% (um inteiro, noventa e cinco centésimos por cento) ao ano. Os contratos de arrendamento preveem uma carência de 6 meses para início de pagamento com opção de aquisição ao final do contrato. Os custos relacionados aos contratos foram capitalizados ao custo das aeronaves.

- (**) Refere-se à locação de incubatório e granja no estado de São Paulo constituído no terceiro trimestre de 2025 com vigência para os próximos 10 anos.

- (***) o grupo de veículos é decorrente da aquisição de controladas, compreendendo, substancialmente, os direitos de uso sobre arrendamentos da empresa Tamago, adquirida em abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a parcela de passivo não circulante possuía os seguintes vencimentos:

Anos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	13.785	-	18.236
2027	2.679	13.785	9.153	18.236
2028	2.679	13.785	7.535	18.236
2029	2.679	13.785	2.679	18.236
2030	2.679	-	2.679	-
Vencimento superior a 2030	13.393	-	13.393	-
Total	24.109	55.140	35.439	72.944

As movimentações dos saldos do passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	-	-
(+) Captação	61.187	81.543
Em 31 de dezembro de 2024	61.187	81.543
(+) Aquisições de controlada*	-	3.390
(+) Aquisição ***	31.277	31.277
(+) Juros provisionados	1.201	1.201
(-) Pagamentos	(1.710)	(5.680)
(-) Baixas **	(61.882)	(61.882)
Em 31 de dezembro de 2025	30.073	49.849

(*) Em aquisições de controladas está apresentado os arrendamentos da empresa Tamago adquirida em abril de 2025.

(**) Em abril de 2025, a Companhia celebrou com a empresa Pluma Agroavícola Ltda., instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes do contrato de arrendamento mercantil cujo valor original da transação foi de R\$ 60.511, com a cessão, a cessionária “Pluma” possui todos os direitos, vantagens e obrigações estabelecidas e ajustadas no contrato inicial.

(***) Em aquisição refere-se à locação de incubatório e granja no estado de São Paulo constituído no terceiro trimestre de 2025 com vigência para os próximos 10 anos.

20 Combinação de negócios

20.1 Aquisição Tamago

Em continuidade ao processo de expansão, em 4 de abril de 2025 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações da Tamago Produção de Ovos Ltda. (“Tamago”), atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção em Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste. A contraprestação transferida totalizou R\$ 38.432, adquirindo o controle do negócio a partir desta data, mediante o pagamento à vista no montante de R\$9.612 na data de fechamento, e o saldo remanescente parcelado, que será pago até setembro de 2028, sujeito a uma taxa média de juros de 11,90% a.a., e está contabilizado no balanço da Companhia e do Consolidado como “Contas a pagar - aquisição de controladas”.

A Tamago é uma empresa com mais de 30 anos de atuação no Pernambuco, sendo uma das líderes do segmento na região nordeste, em produção de ovos de galinha. A granja atualmente possui cerca de 900 mil aves e capacidade superior a 1.800 mil aves.

O laudo para fins de determinação, alocação e mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos foi elaborado de forma provisória e encontra-se em fase de conclusão pela Administração da Companhia. A finalização ocorrerá dentro dos prazos contratuais e legais aplicáveis.

a. Avaliação da mensuração ao valor justo

	Tamago abr/25
Contraprestação transferida	38.432
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	979
Caixa e equivalentes de caixa	45
Contas a receber de clientes e outros créditos	3.709
Estoques	851
Impostos a recuperar	694
Direito de uso	5.019
Imobilizado	67.258
Intangível	246
Ativo biológico	10.372
Fornecedores e outras contas a pagar	(10.165)
Empréstimos e financiamentos	(14.486)
Obrigações trabalhistas	(2.556)
Obrigações tributárias	(695)
Arrendamentos	(3.390)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(743)
Passivos contingentes	(229)
Total líquido de ativos identificáveis	55.930
Compra vantajosa	(17.499)

b. Contas a receber adquiridas

O valor justo das contas a receber adquiridas é de R\$3.709. O valor contratual bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 5.059, com uma perda de crédito esperada de R\$ 1.350.

c. *Compra vantajosa*

A compra vantajosa ocorreu por uma oportunidade de mercado o qual os antigos acionistas da Companhia adquirida estavam em mudança sucessória o qual entenderam por negociar a venda. A Companhia reconheceu o valor de R\$ 17.499 na rubrica de outras receitas operacionais nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

d. *Passivo contingente*

Não foram identificados passivos contingentes na mensuração do valor justo dos passivos assumidos.

20.2 Aquisição da Vitagema

A aquisição das operações da D P B Avicultura – Comércio Varejista de Ovos Ltda. “Vitagema” ocorreu em 11 de março de 2024. A Companhia adquiriu o controle de 90% das ações da Vitagema, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidade de produção no Rio Grande do Norte, sendo uma das líderes do segmento na região do nordeste.

O contrato de compra e venda inclui uma opção de venda, que dá aos vendedores o direito de vender os 10% restantes de participação acionária de 2026 a 2029. Não há condições específicas a serem atendidas para que a opção de venda se torne exercível. Além disso, há uma opção de compra para a Companhia. Caso os antigos acionistas não exerçam a opção de venda durante o período estipulado, a Companhia tem o direito de exercer a opção de compra de 2029 a 2037 para adquirir os 10% de participação acionária remanescentes. Consequentemente, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 7.766 referente à opção e a 100% da participação acionária.

Com base no contrato de compra e venda, o reconhecimento inicial da participação remanescente da transação está sendo realizado a valor justo, considerando como se a aquisição fosse de 100% da participação. A Companhia assumiu as operações a partir de março de 2024.

Em decorrência desta aquisição, a Companhia investiu inicialmente descontada sua dívida líquida, o montante de R\$ 31.651 na data de fechamento (11/03/2024), assumindo as operações a partir desta data, mediante o pagamento de R\$13.500 na data de fechamento, e o saldo remanescente parcelado em 44 parcelas consecutivas atualizadas pelo CDI, que serão pagos aos Vendedores a partir da data de fechamento, além de reconhecer nas demonstrações financeiras R\$ 7.766 referente a opção de aquisição dos 10% de participação remanescente, que são mensurados considerando condições contratuais e estimativas futuras de receita e dívida líquida da operação, que poderão ser desembolsados até o exercício de 2029.

a. Avaliação da mensuração ao valor justo

	Vitagema mar/2024
Contraprestação transferida	39.417
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.727
Contas a receber de clientes e outros créditos	5.048
Estoques	2.753
Impostos a recuperar	1.159
Imobilizado	27.604
Ativo biológico	12.709
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.258)
Empréstimos e financiamentos	(601)
Obrigações trabalhistas	(758)
Obrigações tributárias	(11)
Outras contas a pagar	(95)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.702)
Passivos contingentes	(939)
Acordo de não competição	225
Relacionamentos com clientes	558
Total líquido de ativos identificáveis	40.419
Compra vantajosa	(1.002)

b. Contas a receber

O valor justo das contas a receber é de R\$5.048. O valor contratual bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 5.408, com uma perda de crédito esperada de R\$ 360.

c. Compra vantajosa

A Compra vantajosa ocorreu por uma oportunidade de mercado o qual os antigos acionistas da Companhia adquirida estavam em mudança sucessória o qual entenderam por negociar a venda.

d. Opção de compra na aquisição de controlada

Na data de aquisição, a Companhia avaliou os termos e condições da opção de venda do antigo acionista, que estabeleceu que ela pode ser exercida entre o período de 2026 a 2029. Depois disso, a opção converte-se em uma opção de compra para a Companhia, que tem o direito, mas não a obrigação, de exercê-la por um período indefinido. A Companhia concluiu que obteve acesso atual aos retornos associados à participação de 100% nas ações da adquirida uma vez que o antigo acionista tem incentivos econômicos para exercer a opção de venda antes que ela expire. Além disso, no caso da expiração da opção de venda, a Companhia tem incentivos econômicos para exercer a opção de compra, considerando que o preço de exercício será determinado com base em um valor fixo que estará abaixo das condições de mercado. Nenhuma outra condição foi estabelecida no contrato de compra e venda.

A mensuração da opção de venda enquadra-se no Nível 3 da hierarquia de mensuração ao valor justo devido às premissas complexas e subjetivas usadas na mensuração. Trata-se de um passivo com dados não observáveis, conforme descrito na Nota 5.2. O valor justo da opção de compra pode mudar devido ao aumento ou diminuição dessas premissas e é reavaliado trimestralmente. As mudanças no valor justo são reconhecidas por meio do resultado.

e. Passivo contingente

Não foram identificados passivos contingentes na mensuração ao valor justo dos passivos assumidos.

20.3 Dedutibilidade fiscal do valor justo e ágio

A legislação fiscal brasileira atual permite a dedutibilidade do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como do ágio, quando a Companhia realiza a fusão dos negócios adquiridos com suas próprias operações. Portanto, como a Companhia está razoavelmente certa de que fará a incorporação com a Vitagema e a Tamago, ela terá direito à dedutibilidade fiscal.

20.4 Avaliação da mensuração ao valor justo

As técnicas de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos assumidos foram as seguintes:

Imobilizado

Foi utilizada a abordagem de custo, utilizando o método de comparação de mercado (princípio da substituição): o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete quaisquer perdas de valor devido à deterioração física ou obsolescência funcional do ativo. As premissas utilizadas pela Companhia foram: observação dos componentes estruturais, características técnicas, estado de conservação, vida útil e valor do custo unitário.

Acordo de não concorrência

Acordo de não concorrência foi avaliado pelo método *With or Without*. O valor do ativo intangível segundo o método “with and without” foi calculado como a diferença entre o valor do negócio estimado segundo os dois conjuntos de projeções de fluxo de caixa a seguir na data da avaliação. Dois cenários foram considerados: (i) um com a cláusula de não concorrência e (ii) outro sem essa condição.

Esta metodologia é adequada para avaliação do acordo de não concorrência, sendo a mais comumente utilizada e aceita dentre os especialistas em avaliação.

- O cálculo do valor justo do acordo de não concorrência seguiu os seguintes passos:
- O cenário com a cláusula de não concorrência considerou projeções de renda e fluxos de caixa operacionais para o período de cinco anos.
- O cenário sem a cláusula de não competição considerou a probabilidade de os antigos sócios participarem do mercado para um período definido de cinco anos.
- A redução da receita considerando a concorrência com os antigos acionistas foi aplicada desde o primeiro período de projeção com crescimento gradual de 0,5% ao ano até o período de 2027.
- No segmento atual, os antigos sócios teriam que trabalhar com novos clientes pois não há um “relacionamento comercial” que levaria os clientes para a nova entidade. A Administração estima que não teria perda maior que 0,5% ao ano.

- Dedução da carga tributária de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre a base tributável.
- Fluxo de caixa descontado.
- Os benefícios da amortização fiscal (“TAB”) foram calculados multiplicando o valor presente líquido do Intangível pelo fator calculado.

Ativos biológicos

A metodologia utilizada para determinar a mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, de acordo com o ciclo de produtividade projetado, levando-se em consideração as variações de produção, mortalidade, preço e custos de produção. As descrições dos critérios utilizados para projeção do fluxo de caixa descontados estão descritas na Nota 12, sendo as principais premissas para o reconhecimento inicial do investimento destacados abaixo:

	Tamago	Impacto no valor justo
Quantidade de aves em produção	596.447	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Volume de ovos/dias	0,75 a 0,80	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Período da projeção	1 a 24 meses	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Preço médio por caixa com 360 ovos	181,43	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto	9,32%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo

	Vitagema	Impacto no valor justo
Quantidade de aves em produção	341.613	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Volume de ovos/dias	0,75 a 0,80	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Período da projeção	1 a 24 meses	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Preço médio por caixa com 360 e 600 ovos	190,66	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto	9,29%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo

Outros ativos e passivos

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar é equivalente ao seu valor contábil.

20.5 Informação sobre o desempenho operacional

Desde a data de aquisição, as adquiridas contribuíram para as receitas e impactaram o resultado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2025

	Tamago 04/04/2025
Receita contribuída da data de aquisição até 31 de dezembro de 2025	46.354
Prejuízo líquido contribuído a partir da data de aquisição até 31 de dezembro de 2025	(11.407)

Doze meses findos em 31 de dezembro de 2025

	Tamago
Receita	62.151
Prejuízo líquido	(10.961)

Em 31 de dezembro de 2024

	Vitagema 11/03/2024
Receita contribuída da data de aquisição até 31 de dezembro de 2024	43.653
Lucro líquido contribuído a partir da data de aquisição até 31 de dezembro de 2024	17.809

Doze meses findos em 31 de dezembro de 2024

	Vitagema
Receita	52.661
Lucro líquido	18.626

21 Contas a pagar de combinação de negócios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Josidith	535	535
Grupo BL	20.277	56.478
Vitagema	20.793	24.239
Grupo Katayama	139.089	124.105
Tamago	12.720	-
Total	193.414	205.357
Circulante	3.287	34.007
Não circulante - Contas a pagar de combinação de negócios	41.409	39.994
Não circulante - Opção de compra na aquisição de controlada	148.718	131.356

As variações no contas a pagar da combinação de negócios são:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>303.556</u>
(+) Contraprestação transferida para obtenção do controle	31.651
(+/-) Ajuste a valor presente	2.568
(+) Juros incorridos	7.740
(-) Caixa transferido para os vendedores subsequentemente	<u>(135.102)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>210.413</u>
(+/-) Atualização do valor presente em opção de compras na aquisição de controlada	(12.822)
Provisão de opção de compras na aquisição de controlada – Vitagem	<u>7.766</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>205.357</u>
(+) Contraprestação transferida para obtenção do controle	38.432
(+/-) Ajuste a valor presente	5.984
(+) Juros incorridos	8.759
(-) Caixa transferido para os vendedores subsequentemente	<u>(82.480)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>176.052</u>
(+/-) Atualização do valor presente em opção de compras na aquisição de controlada	<u>17.362</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>193.414</u>

22 Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas – Controladas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos com partes relacionadas (i)		
Produtora de Ovos Josidith Ltda	-	454
Aviário Santo Antônio Ltda	-	1.807
Grupo BL	508	414
Grupo Katayama	11.693	21.916
Vitagema	20.924	21.318
IANA Adubos	2	8
ASA Premium	-	21
Tamago	97	-
Total com partes relacionadas (ativo não circulante)	33.224	45.938
Contas a receber (ii)		
Produtora de Ovos Josidith Ltda	-	93
Total do contas receber	-	93
Dividendos e juros sobre capital próprio		
Dividendos e juros sobre capital próprio - Sócios	50.000	-
Total com partes relacionadas (passivo circulante)	50.000	-
Aviário Santo Antônio Ltda	-	182
Grupo Katayama	2.239	37
Grupo BL	1.766	1
Tamago	44	-
Total com partes relacionadas (passivo não circulante)	4.049	220
Receitas: (ii)		
Aviário Santo Antônio Ltda	6.128	6.512
Avimor Agroavícola Moresco Ltda	-	56
Grupo BL	383	337
IANA	342	91
Produtora de Ovos Josidith Ltda	-	652
Grupo Katayama	1.766	4.538
Marutani Alimentos Ltda	-	2.913
Tamago Produção de Ovos Ltda.	3	-
Granja Stragliotto Eireli	-	453
Outras Receitas: (iii)		
Grupo Katayama	11.042	-
Total da receita com partes relacionadas (DRE)	19.664	15.552

(i) Natureza das transações

As transações financeiras de mútuo são tratadas pela Administração da Companhia e suas controladas como transações que envolvem “caixa único” para fins de gestão de capital, ou seja, as movimentações financeiras de fechamento de caixa diário podem ser compensadas diariamente como ao final de cada mês, liquidadas ou incorporadas ao capital ao final do exercício.

As demais transações existentes entre empresas controladas são transações comerciais, principalmente relacionadas às transferências de ovos para processamento industrial, que são eliminadas na consolidação, não possuindo efeitos nas demonstrações de resultado.

As transações comerciais de vendas e compras de mercadorias, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes que refletem o preço praticado com o mercado.

(ii) Venda de ovos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia vendeu ovos comerciais para Empresas também controladas pelo acionista da Companhia. O Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 93 mil se refere a títulos a vencer que foram liquidados no primeiro trimestre de 2025.

(iii) Outras receitas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita financeira decorrente de operação de mútuo com a controlada Katayama.

b. Transações com outras partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Contas a receber (ii)				
Ricardo Faria	-	-	-	14.886
Terrus S.A.	12	-	12	687
Outros recebíveis - Adiantamentos a fornecedores				
Ricardo Faria (i)	72.900	-	72.900	-
Mútuo com sócio não controladores da Katayama (iii)	-	-	2.500	3.750
Total do ativo	72.912	-	75.412	19.323
Passivo				
Contas a pagar aos fornecedores (i)				
Edenilson Dorigoni	-	74	-	74
Ricardo Faria	1.389	2.013	1.389	2.013
Global Hatch	846	-	846	-
Terrus S.A.	2.542	-	3.612	1.100
Total do passivo	4.777	2.087	5.847	3.187
Receita				
Venda de fertilizantes (ii)				
Terrus S.A.	94	-	125	790
Ricardo Faria	-	639	7	17.227
Total da receita	94	639	132	18.017
Custos				
Custos com partes relacionadas (i)				
Ricardo Faria	(37.679)	(31.037)	(37.679)	(31.037)
Total de custos com produtos vendidos	(37.679)	(31.037)	(37.679)	(31.037)

(i) Contratos de serviços de integração

A Companhia envia pintos de um dia para as unidades de produção de Erval Velho, Congonhinhas, São João D'Aliança, Nova Veneza e Maciambu (localizadas nos estados do Paraná, Goiás e Santa Catarina), de propriedade e supervisionadas pelo acionista controlador da Companhia, que é produtor rural e membro do conselho de administração da Companhia, para seu desenvolvimento biológico como parte das nossas operações de produção de ovos férteis e ovos comerciais. Financiamos esse processo e somos responsáveis pelo fornecimento de todos os insumos necessários, incluindo ovos férteis e ovos comerciais.

Esses contratos têm cláusulas de rescisão por não cumprimento de obrigações essenciais. Em geral, os compromissos de serviços contidos nesses contratos são variáveis e dependem da quantidade de aves alojadas nas granjas do produtor rural para a produção de ovos férteis e comerciais. Dessa forma, não há compromissos de compra futuros estimáveis associados a esses contratos de serviços e não há pagamentos mínimos associados a esses contratos de integração. A Companhia registra o custo total dos ovos férteis e ovos comerciais na rubrica de Ativos biológicos e Estoques. Não há passivos registrados além do valor reconhecido pelo regime de competência. Esses tipos de contratos são rescindidos ao final do ciclo de vida das aves.

(ii) Venda de fertilizantes

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia produziu e vendeu fertilizantes orgânicos para as unidades de produção de soja e milho mantidas por um acionista controlador que também é produtor agrícola (“Ricardo Faria”) e pela Terrus S.A., também controlada pelo acionista da Companhia.

(iii) Empréstimos com acionistas

Em 1º de agosto de 2023, a Companhia firmou um contrato de empréstimo com o Sr. Gilson Tadashi Katayama, no valor de R\$ 5.061. O contrato está sujeito a juros de 100% do CDI mais 2% ao ano. O valor será pago em três parcelas anuais. Sr. Gilson é acionista da controlada Katayama.

Garantia

Em 08 de novembro de 2024 foi emitida pela Companhia uma Carta de Crédito Standby (Standby Letter of Credit), no valor de €47.000 EUR (quarenta e sete milhões de euros), equivalente a R\$303.991 (trezentos e três milhões, novecentos e noventa e um mil reais), em 31 de dezembro 2025, com vencimento em 26 de novembro de 2030, junto ao Banco Santander para garantia de financiamento concedido à empresa Forex Capital 2000, S.L., empresa espanhola e parte relacionada da Companhia por meio do seu controlador indireto, para financiar parcialmente a aquisição da Dagu, S.A., empresa espanhola produtora de ovos comerciais adquirida em novembro de 2024.

Em 31 de maio de 2025 foi emitida pela Companhia uma Carta de Crédito Standby, no valor de US\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de dólares), equivalente a R\$ 825.270 (oitocentos e vinte e cinco, duzentos e setenta mil reais) em 31 de dezembro de 2025, com vencimento em 11 de maio de 2028, junto ao Banco Itaú para garantia de financiamento concedido à empresa US EGG Holding, Inc., empresa americana e parte relacionada da Companhia por meio do seu controlador indireto, para financiar parcialmente a aquisição da Hillandale Farms, empresa americana produtora de ovos comerciais adquirida em maio de 2025.

Remuneração da administração chave

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego ou outros benefícios não correntes a seus executivos. Em 31 de dezembro de 2025, o total da remuneração dos principais executivos é de R\$ 5.773 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 4.674).

c. Controlador e parte controlador final

O controlador da Companhia é o AGPJ2 Fundo de Investimento de Ações e o beneficiário final é o Sr. Ricardo Faria.

23 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na análise individual desses processos, respaldada pela avaliação da Companhia e suas controladas e de seus assessores jurídicos, uma provisão para os desfechos com probabilidade de perda classificada como provável é constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	450	528	2.233	3.316
Cível	1.313	497	1.891	1.705
Tributárias	4.909	372	5.859	6.034
	6.672	1.397	9.983	11.055

As principais contingências estão destacadas a seguir:

Trabalhistas

Como resultado da aquisição da Stragliotto, Josidith, ASA, Marutani, Avimor e do Grupo Katayama, a Companhia e suas controladas reconheceram uma provisão para impostos previdenciários brasileiros com base na remuneração variável recebida pelos funcionários antes da data de aquisição, que ainda não foi objeto de processo judicial.

Tributárias

O valor das contingências tributárias está relacionado principalmente à aquisição das controladas Josidith, Stragliotto e Avimor, por processos não litigiosos referentes a imposto de renda e contribuição social sobre receitas anteriores à data de aquisição.

As movimentações da provisão para contingências estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.049	19.374
Aquisição de subsidiárias	-	939
Incorporação de investidas	7.025	-
(-) Baixas (*)	<u>(8.677)</u>	<u>(9.258)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.397</u>	<u>11.055</u>
Aquisição de subsidiárias	-	228
Incorporação de investidas	5.275	-
(-) Baixas (*)	<u>-</u>	<u>(1.300)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>6.672</u>	<u>9.983</u>

(*) Baixa ocorrida no período se refere a encerramentos de processos.

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, para as quais uma provisão não é exigida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributário	1.814	1.814	1.814	1.814
Trabalhista	8.704	3.863	19.911	8.797
Cível	<u>7.665</u>	<u>1.163</u>	<u>18.261</u>	<u>2.657</u>
Total	<u>18.183</u>	<u>6.840</u>	<u>39.986</u>	<u>13.268</u>

Além disso, em dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma ação judicial individualmente relevante que exigisse divulgação adicional.

24 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 620.216 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 417.283), representado por 14.945.789.847 ações ordinárias (31 de dezembro de 2024 - 14.945.789.847).

Em 30 de dezembro de 2025, os acionistas em assembleia geral extraordinária decidiram aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 202.933, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$ 202.933 referente a saldos a pagar de juros sobre capital próprio (R\$ 32.933) e reservas de lucros (R\$ 170.000), conforme também aprovados e de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de novembro de 2025.

Em 16 de dezembro de 2024, os acionistas em assembleia geral extraordinária decidiram aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 72.494, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$ 72.494 referente a saldos a pagar de juros sobre capital próprio e reservas de lucros, conforme também aprovados e de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de novembro de 2024.

b. Reserva legal e transferência para reserva de retenção de lucros

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A transferência para a reserva de retenção de lucros tem como objetivo preservar os lucros acumulados não distribuídos para financiar projetos de expansão de acordo com o plano de investimento da Companhia.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

A legislação societária brasileira estabelece que 25% do lucro do exercício, após a constituição de reservas, deve ser distribuído aos acionistas da Companhia (“Dividendo mínimo obrigatório”).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de total de R\$ 102.431, aos seus acionistas, desse montante R\$ 56.963 (dezembro de 2024 - R\$ 54.739), foram distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, valor superior aos dividendos mínimos obrigatórios e, portanto, atribuído ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe ressaltar que parte deste JCP apurado em 2025, foi destinada ao aumento de capital social enquanto o saldo remanescente e o excedente ao JCP foram distribuídos a título de dividendos adicionais.

	2025	2024
Lucro do exercício	239.844	230.479
Constituição de reserva legal	(11.992)	(11.524)
Dividendos mínimos obrigatórios	56.963	54.739

d. Lucro por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Enquanto não houver mudança no número de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o lucro básico e diluído por ação será o mesmo.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas	<u>239.844</u>	<u>230.479</u>
Número de ações no início do exercício	<u>14.945.789.847</u>	<u>14.945.789.847</u>
Média ponderada de ações do período	<u>14.945.789.847</u>	<u>14.945.789.847</u>
Básico e diluído (Em reais)	0,01605	0,01542

25 Receita líquida de vendas

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela produção e comercialização de ovos férteis, comerciais e fertilizantes em geral.

Abaixo a Companhia e suas controladas apresentam a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta tributável	1.559.765	613.778	2.793.741	2.274.998
(-) Devoluções, descontos e cancelamentos	(101.988)	(28.524)	(224.194)	(173.932)
(-) Impostos incidentes sobre as vendas e serviços	(17.427)	(7.974)	(32.972)	(41.669)
Receita operacional líquida	1.440.350	577.280	2.536.575	2.059.397

a. Desagregação da receita de contratos com clientes

A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de vendas de ovos férteis	463.231	304.339	463.231	304.339
Receitas de vendas de ovos comerciais	977.119	272.941	2.073.344	1.755.058
	1.440.350	577.280	2.536.575	2.059.397

b. Concentração de clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, um único cliente do setor de alimentos foi responsável por 6% das vendas líquidas da Controladora (11% em 31 de dezembro de 2024) e 9% do Consolidado (13% em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025, a Controladora apresentou uma concentração de 15% de suas vendas líquidas em 3 (três) clientes do setor de alimentos (28% em 2024) e o Consolidado apresentou 20% (28% em 2024).

c. Concentração geográfica

Em 31 de dezembro de 2025, as receitas da Controladora são representadas por 87,6% para clientes no Brasil e 12,4% para clientes fora do Brasil (72% - para clientes no Brasil e 28% - clientes fora do Brasil, em 31 de dezembro de 2024) e o Consolidado são representadas por 88,3% para clientes no Brasil e 11,7% para clientes fora do Brasil (91% - para clientes no Brasil e 9% - clientes fora do Brasil, em 31 de dezembro de 2024)

26 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos produtos vendidos				
Pessoal	(64.662)	(21.148)	(127.876)	(104.350)
Depreciação e amortização	(167.140)	(95.050)	(288.790)	(275.083)
Matéria-prima	(629.223)	(257.524)	(1.128.613)	(955.922)
Frete	(923)	(238)	(1.041)	(564)
Energia elétrica	(12.358)	(5.462)	(25.115)	(24.110)
Gastos gerais e outros	(70.608)	(15.947)	(134.511)	(99.641)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(75.745)	15.552	(24.314)	22.084
	(1.020.659)	(379.817)	(1.730.260)	(1.437.586)
Despesas de vendas				
Fretes	(102.526)	(66.987)	(181.655)	(162.499)
Pessoal	(14.556)	(5.746)	(27.010)	(22.648)
Propaganda e marketing	(7.155)	(1.838)	(15.693)	(9.258)
Comissões	(1.760)	(674)	(4.089)	(5.009)
	(125.997)	(75.245)	(228.447)	(199.414)
Perda (reversão) de créditos esperadas com contas a receber	(9.129)	714	(14.475)	(5.741)
	(9.129)	714	(14.475)	(5.741)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(29.849)	(12.820)	(37.161)	(22.504)
Taxas e serviços contratados	(21.379)	(9.693)	(42.065)	(33.407)
Depreciação e amortização	(4.702)	(1.696)	(5.133)	(2.703)
Frete	(25)	(29)	(27)	(33)
	(55.955)	(24.238)	(84.386)	(58.647)

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais				
Ganho na venda de imobilizado	13.180	895	15.744	6.730
Reversão de provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas	-	1.652	1.300	8.319
Valor justo da opção de compra na aquisição de controlada (Nota 21)	-	12.377	-	12.377
Compra vantajosa (Nota 20)	17.499	1.002	17.499	1.002
Bens recebidos em cessão de arrendamento (Nota 16) (**)	5.856	-	5.856	-
Outras receitas	6.040	6.764	9.872	15.063
	42.579	22.690	50.271	43.491
Outras despesas operacionais				
Valor presente da opção de compra na aquisição de controlada (Nota 21)	(17.362)	-	(17.362)	-
Despesas com auditoria	(3.022)	-	(3.022)	-
Outras despesas	(10.298)	(57)	(12.491)	(266)
	(30.682)	(57)	(32.875)	(266)

28 Receitas e despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variações cambiais ativas	18.923	11.225	12.629	13.795
Rendimento de aplicação financeira	9.677	6.587	9.823	7.154
Ajuste a valor presente (i)	-	1.927	-	1.927
Outros rendimentos	4.577	3.126	6.803	4.264
Total receitas financeiras	33.177	22.865	29.255	27.140
Variações cambiais passivas	(12.304)	(2.610)	(18.769)	(3.140)
Juros passivos	(100.643)	(72.461)	(149.259)	(124.502)
Ajuste a valor presente (i)	(5.984)	-	(5.984)	-
Outras despesas financeiras	(278)	(993)	(2.126)	(1.854)
Total despesas financeiras	(119.209)	(76.064)	(176.138)	(129.496)
Total resultado financeiro líquido	(86.032)	(53.199)	(146.883)	(102.356)

- (i) A Companhia e suas controladas descontam suas contas a pagar da combinação de negócios ao valor presente usando taxas de juros diretamente relacionadas à sua carteira de financiamento (Nota 21).

29 Segmento operacional

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são reportados de maneira consistente com os relatórios internos fornecidos e regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais, o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas. Os principais fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis são a organização e o alinhamento das nossas operações internas e a natureza dos produtos da Companhia e suas controladas, conforme descrito abaixo.

A Companhia e suas controladas atuam em dois segmentos operacionais:

- (a) **Ovos férteis** – atividade desenvolvida pela Controladora, correspondente à produção e venda de ovos férteis para incubação e pintos de um dia, com incubatórios, unidade produtora de ração e um sistema de parceria com o produtor agrícola (integração) para as fases da recria das aves e produção de ovos. Atualmente com unidades nos Estados de Santa Catarina e Paraná, atende clientes em todas as regiões do Brasil, além de exportar parte de sua produção.
- (b) **Ovos comerciais** – atividade desenvolvida preponderantemente pela Companhia e suas controladas, atuantes na produção e venda de ovos comerciais para consumo e fertilizantes, com unidades produtoras em sistemas automatizados, *free-range* (Livre de gaiola) e indústria de processamento de ovos, com produção nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Goiás e Tocantins, com clientes em todas as regiões do país.

A principal métrica de desempenho financeiro usada pelo CODM (Chief Operating Decision Maker) é o EBITDA Ajustado, que é informado periodicamente para cada segmento operacional.

O EBITDA ajustado é definido pelo lucro (prejuízo) do exercício mais imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido), despesa financeira líquida, depreciação e amortização, menos o valor justo da opção de compra na aquisição de controlada, menos/mais variações no valor justo dos ativos biológicos.

As informações por segmento operacional são:

	2025		
	Ovos férteis	Ovos comerciais	Total do segmento reportável
EBITDA Ajustado	250.571	581.071	831.642
Receita líquida de vendas (25.a)	463.231	2.073.344	2.536.575
	2024		
	Ovos férteis	Ovos comerciais	Total do segmento reportável
EBITDA Ajustado	104.100	540.459	644.559
Receita líquida de vendas (25.a)	304.339	1.755.058	2.059.397

O EBITDA Ajustado total dos segmentos operacionais é reconciliado com o resultado consolidado antes dos impostos, conforme segue:

	2025	2024
EBITDA ajustado total dos segmentos operacionais	831.642	644.559
(-) Despesas financeiras líquidas	(146.883)	(102.356)
(-) Depreciação e amortização	(293.563)	(277.786)
(-) Valor presente da opção de compra na aquisição de controlada (1)	(17.362)	12.377
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos (2)	(24.314)	22.084
Lucro antes dos impostos	349.520	298.878

- (1) Relacionado ao efeito não-caixa no valor presente da opção de compra na aquisição de controlada.
- (2) Relacionado ao efeito não monetário no valor justo do ativo biológico.

30 Transações que não afetam o caixa

A tabela a seguir apresenta informações adicionais sobre as transações relacionadas à demonstração do fluxo de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Arrendamentos a pagar (Nota 19)	31.277	80.643
Bens recebidos em cessão de arrendamento (Nota 16)	5.856	-
Aumento de capital (Nota 24(a))	202.933	72.495
	240.066	153.138

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80 EDENILSON DORIGONI, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.566.607, expedida pela SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.937.609-54, com endereço comercial na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, na qualidade de Diretor Executivo, e EMÍLIO BRUNO BASTOS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.415.873, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 194.914.498-42, com endereço comercial na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da GRANJA FARIA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 81.616.807/0001-55 ("Companhia"), declaramos, nos termos do Artigo 27, Parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada: (a) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Lauro Muller, 30 de março de 2026.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

EDENILSON

DORIGONI:05793760954

Assinado de forma digital por
EDENILSON DORIGONI:05793760954
Dados: 2026.03.30 16:34:10 -03'00'

EDENILSON DORIGONI

Diretor Executivo

EMILIO BRUNO

BASTOS:19491449842

Assinado de forma digital por EMILIO
BRUNO BASTOS:19491449842
Dados: 2026.03.30 16:34:27 -03'00'

EMÍLIO BRUNO BASTOS

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80 EDENILSON DORIGONI, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.566.607, expedida pela SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.937.609-54, com endereço comercial na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, na qualidade de Diretor Executivo, e EMÍLIO BRUNO BASTOS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.415.873, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 194.914.498-42, com endereço comercial na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da GRANJA FARIA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 390, Km 432, S/N, bairro Cento e Sete, CEP 88880-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 81.616.807/0001-55 ("Companhia"), declaramos, nos termos do Artigo 27, Parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução da CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada: (a) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Lauro Muller, 30 de março de 2026.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

EDENILSON

DORIGONI:05793760954

Assinado de forma digital por
EDENILSON DORIGONI:05793760954
Dados: 2026.03.30 16:33:13 -03'00'

EDENILSON DORIGONI

Diretor Executivo

EMILIO BRUNO

BASTOS:19491449842

Assinado de forma digital por EMILIO
BRUNO BASTOS:19491449842
Dados: 2026.03.30 16:33:32 -03'00'

EMÍLIO BRUNO BASTOS

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores